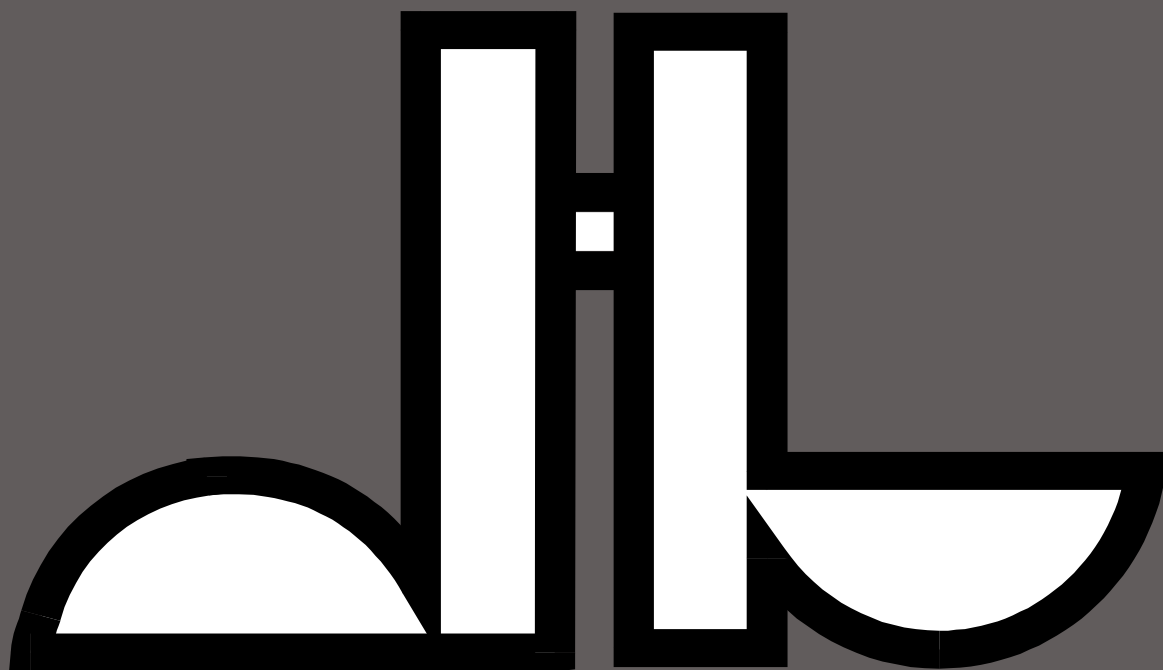




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXI - Nº 006 - SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006**, que *“Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 9 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 9 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agradecer as mulheres escolhidas para receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. 00459

1.2.1 – Fala do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros

1.2.2 – Discurso da Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Senadora Serys Slhessarenko e entrega dos Diplomas as Sras. Elizabeth Altino Teixeira, Geraldina Pereira de Oliveira, Jupyra Barbosa Ghedini, Pajé Iauanaua Raimunda Putani e Rosmary Corrêa.

1.2.3 – Oradores

Deputada Laura Carneiro	00473
Senadora Lúcia Vânia.....	00474
Senador Cristovam Buarque.....	00475
Deputada Lúcia Braga	00475
Senador Ney Suassuna	00477
Deputada Zelinda Novaes	00479
Senadora Ana Júlia Carepa.....	00479

Deputado Gerado Resende	00480
-------------------------------	-------

Senador Ramez Tebet	00481
---------------------------	-------

Deputado Renato Cozzolino	00483
---------------------------------	-------

Deputada Fátima Bezerra.....	00484
------------------------------	-------

Senadora Heloísa Helena.....	00486
------------------------------	-------

Senador Alvaro Dias	00487
---------------------------	-------

Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	00488
-------------------------------------	-------

Senador Arthur Virgílio.....	00489
------------------------------	-------

Deputado Elimar Máximo Damasceno	0090
--	------

Senador Papaléo Paes (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) ...	00490
---	-------

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 3ª Sessão Conjunta (Solene), em 9 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Augusto Botelho

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 49 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.PMDB-AL) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Nesta sessão serão agraciadas as 5 mulheres escolhidas, como, aliás, fazemos todos os anos, para receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. São elas: Elizabeth Altino Teixeira, Geraldina Pereira de Oliveira, Jupyra Barbosa Ghedini, pajé Raimunda Putani Yawanawa e Rosmary Corrêa.

Tenho a honra de compor a Mesa com as honrosas presenças da Sra. Mariza Campos Gomes da Silva, esposa do Presidente da República em exercício, Sr. José Alencar; da Embaixadora da Palestina Mayada Bamie, que representa nesta oportunidade as Embaixadoras presentes, às quais agradeço sinceramente a presença; da Sra. Maria Verônica Rodrigues Calheiros, minha esposa; da Senadora Serys Slhessarenko; da Deputada Laura Carneiro; e da Ministra Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Deputada Maria Laura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.PMDB-AL) – Vamos ouvir a música *Chafariz*, de Eduardo Rangel, que será interpretada pela cantora Célia Porto.

(É executada a música Chafariz.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.PMDB-AL) – Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras que compõem a Mesa, senhoras e senhores convidados, realizamos hoje sessão especial em homenagem às mulheres, homenagem mais do que justa. A força, o equilíbrio, a intuição e a capacidade de trabalho da mulher, que cada vez mais precisa se desdobrar entre os cuidados com os filhos, a casa e a vida profissional, são não apenas o esteio da família, mas a base, sem dúvida alguma, que nos permite constituir as maiores conquistas no universo do trabalho e na área social.

Homenageamos aqui mulheres de todas as raças, de todas as idades, de todas as religiões, de todas as classes sociais. Mães, companheiras, profissionais,

donas de casa, ativistas políticas, batalhadoras incansáveis em prol de um mundo mais justo, menos violento, um mundo melhor para nossos filhos e para cada um de nós também.

Nunca é demais lembrar, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a quem também agradeço muito a presença nesta sessão especial, que as mulheres representam hoje 51% da população e do eleitorado brasileiro, chefiam 1 em cada 4 famílias, respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal. No Congresso Nacional, a bancada feminina é uma das mais representativas, mais combativas, especialmente nas questões ligadas à infância, à educação e à área social.

Mas o Brasil, todos sabem, ainda amarga uma posição lastimável no que se refere à participação política das mulheres. Nesse quesito, estamos em 107º lugar entre os 140 países, de acordo com dados da União Interparlamentar. Nossas Deputadas e Senadoras ocupam não mais do que 9% das cadeiras do Congresso Nacional.

Senhoras e senhores, quando falamos sobre os direitos das mulheres, os avanços conquistados com muita luta ao longo das últimas décadas são inquestionáveis, mas também – é importante que se diga – é inquestionável o preconceito que muitas vezes ainda oprimem no seu dia-a-dia e que ainda insiste em caracterizá-la como objeto sexual ou em depreciá-la no mercado profissional.

É inadmissível que, em pleno século XXI, as mulheres continuem ganhando menos do que os homens ao exercerem as mesmas funções. Pior ainda, é inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem manchando a dignidade nacional. De acordo com a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos, 1 mulher é agredida no Brasil; 1 em cada 3 ou 4 meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

Para mudar essa realidade, é preciso que Governo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e sociedade civil trabalhem juntos na construção de uma rede eficaz

de prevenção da violência, atendimento e proteção à mulher agredida. O problema tem de ser assumido por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública. Ao Congresso cabe votar com a máxima urgência o projeto de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher (*palmas*), um projeto já amplamente discutido com os movimentos feministas e de mulheres.

Temos de parabenizar o trabalho da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que se tem empenhado ao máximo na luta contra todas as formas de violência e preconceito de gênero.

Outra proposta importante que deverá ser analisada o mais brevemente possível pelo Congresso Nacional é a que estimula a formalização dos trabalhadores domésticos, com a dedução no Imposto de Renda da contribuição previdenciária recolhida sobre seus salários. Peço permissão para lembrar que esse foi um dos pontos da agenda positiva que apresentei ao País há 1 ano. O Senado Federal já apreciou projeto de lei de minha autoria e da ex-Senadora Benedita da Silva com o mesmo objetivo, que, infelizmente, não caminhou na Câmara dos Deputados.

De lá para cá, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores convidados, venho defendendo a tese de que tal incentivo fiscal não tem apenas alcance social e econômico inestimável, ele significa, sem dúvida alguma, um alívio financeiro mais do que justo para a nossa classe média, que hoje vive a contradição de ter em sua casa empregados domésticos sem poder formalizá-los e, assim, pagar os impostos que garantam os seus direitos.

Para as mulheres esse projeto também é muito importante. Elas precisam de proteção, na medida em que deixam o dia-a-dia da casa para engrossar o mercado de trabalho, o formal e o informal.

Senhoras e senhores, como disse no início desta sessão, temos a honra de outorgar, na manhã de hoje, o Diploma MulherCidadã Bertha Lutz a 5 brasileiras exemplares, dignas de nosso aplauso e da nossa admiração. São 5 mulheres que se destacaram na luta pelos direitos da mulher, na defesa de uma sociedade mais justa, baseada na igualdade de oportunidades e no direito para todos, independentemente de sexo, origem ou classe social.

Homenageio, em nome das Sras. e Srs. Senadores, das Sras. e Srs. Deputados, a pajé Raimunda Putani, por sua luta para manter as tradições do seu povo (*palmas*); as trabalhadoras rurais Elizabeth Teixeira e Geraldina Oliveira, pelo combate à violência agrária e à impunidade (*palmas*); a economista Jupyra Barbosa Ghedini, uma das fundadoras da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito

Federal (*palmas*); e a advogada e Deputada Rosmary Corrêa, responsável pela criação da primeira – é importante frisar – delegacia de polícia de defesa da mulher. (*Palmas.*)

A essas 5 mulheres os nossos parabéns! Nossos parabéns também às nossas queridas Senadoras, Deputadas Federais, Deputadas Estaduais e a todas as representantes de movimentos feministas e de mulheres aqui presentes, que tanto lutaram e lutam pelos direitos das mulheres.

Nossos parabéns, enfim, a todas as brasileiras que, com coragem e determinação, pavimentam nosso caminho rumo à igualdade e à justiça social. (*Palmas.*)

Antes de passar a presidência dos trabalhos à Senadora Serys Slhessarenko, que dará continuidade aos nossos trabalhos, ouviremos a música *Na Volta do Tororó*, interpretada pela brilhante Célia Porto.

(É executada a música Na Volta do Tororó. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.PMDB-AL) – Devido a compromisso que assumi fora do Senado Federal, tenho a honra de passar a presidência dos nossos trabalhos à Exma. Sra. Senadora Serys Slhessarenko, Presidenta do Conselho do Diploma MulherCidadã Bertha Lutz.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Em primeiro lugar, nossa saudação ao Presidente do Congresso Nacional, que neste momento se retira do plenário e que tem tido significativa participação na condução das questões de gênero no Senado da República.

Saúdo a querida Mariza Gomes, esposa do Presidente da República em exercício, José Alencar, grande companheira em todas as lutas, em especial a da mulher.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. Deputadas Federais, representadas na pessoa da Deputada Laura Carneiro; Srs. Deputados Federais; Sras. Deputadas Estaduais, de várias Unidades da Federação, que aqui nos honram com suas presenças; Sra. Embaixadora da Palestina, representante das 14 Embaixadoras de diversos países com representação no Brasil; companheira Maria Laura, Ministra Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que nesta solenidade representa a Ministra titular; Sra. Verônica Calheiros, esposa do Presidente do Congresso Nacional e do Senado; Sras. Raimunda Yawanawa, Geraldina Pereira, Rosmary Corrêa, Elizabeth Altino e Jupyra Barbosa Ghedini, homenageadas deste ano de 2006 pelo Senado da República, minhas saudações a todos.

Dezenas de currículos nos foram encaminhados. Por isso, a Comissão de Senadoras e Senadores teve dificuldades para fazer a seleção dos nomes. Agora, tenho absoluta certeza de que essas 5 mulheres que hoje receberão o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado da República do Brasil, representam não só as donas daqueles currículos para cá enviados, mas todas as mulheres brasileiras. Todas nós certamente nos sentimos homenageadas por intermédio dessas mulheres. Estamos muito bem representadas.

Ontem, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ocorreram muitas mobilizações em Brasília. Estive presente na caminhada das donas de casa em busca de aposentadoria, subi no carro de som, fiz discurso, caminhei pelas ruas, fui à audiência com o Presidente da República em exercício, em defesa dos interesses das mulheres. Em razão disso, infelizmente, não participei de vários movimentos. A Presidente Nacional da BPW, aqui presente, esteve no meu Estado, mas eu tive de ficar aqui no dia de ontem. Houve uma caminhada de pequenas produtoras rurais, de mulheres sem terra no meu Estado e em todos os Estados brasileiros. As mulheres se fizeram presentes.

Ontem também participei da entrega de um abaixo-assinado aos Presidentes do Congresso Nacional e do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, no movimento pelo fim da impunidade. Nesse movimento, as mulheres estavam em maior número. Foram colhidas mais de 1 milhão de assinaturas. São as mulheres realmente se fazendo presentes, posicionandose, mostrando a sua força, a sua capacidade de mobilização e de organização.

Se esse ato ocorresse há 1 século, com certeza estaríamos vendo Bertha Lutz, Carlota Queiroz, Deolinda e outras mais – no Nordeste a força da mulher é muito grande. Estariam elas pelas ruas, mobilizando-se pelo direito à instrução, ao trabalho, ao voto. Alguns dizem que tudo isso está superado, que hoje a mulher tem direito ao voto, ao estudo, ao trabalho e que são muitas as profissões em que elas estão inseridas.

Mas temos de manter firme essa determinação, porque muita luta ainda temos pela frente, muita superação, muitas conquistas precisamos alcançar. O nosso sangue tem de estar vibrando pelo sangue daquelas mulheres – muitas deram seu sangue naquela luta. Foram assassinadas na luta pela conquista dos direitos, na defesa dos direitos das mulheres.

Em 1879, quando o Senado da República não se chamava ainda Senado, uma mulher, Maria Adélia

de Oliveira, já recorria a ele. Ela fez um curso. É dito assim no processo. Ela fez um curso, devia ser um concurso, um “vestibular” – entre aspas -, buscando admissão no curso de Medicina, e ela foi barrada pelo simples fato de ser mulher.

Minhas companheiras, companheiras mulheres, e homens solidários, homens de boa vontade, homens generosos, temos muita luta pela frente, com certeza. Muita luta, sim! Alcançamos conquistas? Sim, mas a nossa participação na política é muito pequena, é pequeníssima! Na Câmara dos Deputados, arredondando os números, é de 8%. É muito pequena, como disse a Deputada Laura Carneiro, é pequeníssima. Nesta Casa é em torno de 10%, considerandose as que estão efetivamente no exercício, porque a Senadora Marina Silva está à frente de um Ministério. Então, a nossa representação política é muito pequena.

A nossa participação no trabalho é grande, é significativa, sim. Nós, hoje, somos maioria nos cursos superiores, inclusive os de Engenharia, Direito e Medicina. Cito esses cursos porque eram predominantemente para homens. Hoje, somos maioria dentro das universidades. Mas, em termos de melhores salários neste País, somos responsáveis por apenas 1%. Então, há discriminação, sim!

Há violência contra a mulher. Menciona-se sempre a situação nas famílias. Não podemos pensar que vamos construir uma sociedade justa, uma sociedade para todos brincando de que somos democratas fora das nossas casas, e, dentro delas, humilharmos, discriminarmos, cometermos atos de violência – lesões corporais, assassinatos. São dados brutais postos para a nossa sociedade. Temos que mudar essas relações dentro de casa. Precisamos ultimar isso. Precisamos de educação.

Por falar em educação, aproveito este momento em que tantas mulheres estão presentes, somos ainda predominantemente as educadoras, tanto nas escolas quanto em casa – não deveria mais ser assim dentro de casa, mas ainda é -, para registrar que precisamos aprovar o projeto sobre o FUNDEB, que tramita no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça. *(Palmas.)*

Precisamos de emergência, sim! O FUNDEB não é a solução para todos os problemas, mas é da maior relevância para a educação brasileira neste momento. Precisamos cerrar fileiras e aprová-lo imediatamente. FUNDEB já! Que ele seja aprovado no Senado Federal, para que tenha validade e seja executado a partir des-

te ano, porque as nossas crianças e os nossos jovens precisam disso imediatamente. Faço esse apelo aos Senadores, às Senadoras e à sociedade.

Teria muito ainda a dizer, mas não há tempo. Por isso o discurso escrito encaminho à Mesa, para que sejam tomadas as devidas providências.

Encerro dizendo que estou muito feliz por termos participado ontem de tantas mobilizações de mulheres. Hoje, no plenário do Senado Federal, não apenas se comemora o Dia Internacional da Mulher, trata-se de um momento de reflexão da maior importância. Ao deixarmos este plenário, com certeza pensaremos que, para construir uma sociedade justa, melhor para todos, precisamos de igualdade de tratamento. Temos absolutamente os mesmos direitos.

O Presidente desta Casa, em seu discurso, acabou de dizer que somos 51% da sociedade. Os 49% restantes são nossos filhos e nos precisam ajudar a conquistar direitos absolutamente iguais para todos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. PRESIDENTA:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a presença de cada um e de cada uma das senhoras e dos senhores que saíram de suas casas, de seus trabalhos e vieram aqui para homenagear a mulher; a mulher brasileira e de todos os países do mundo; a negra, a índia, a branca, a brasileira, a européia, africana, americana, asiática e da Oceania.

Quando fui preparar meu discurso com minha assessoria fiquei pensando: o que eu vou dizer desta vez? Já fiz tantos discursos sobre a questão da mulher nesses 15 anos da minha vida parlamentar, o que falta falar para não ficar na mesmice? Não chegar com números e estatísticas que, com certeza, nos interessam, mas também se tornam repetitivos e frios diante do assunto polêmico e vibrante que é a defesa da mulher.

Já pedi em meus discursos e em minhas ações, principalmente, igualdade para as mulheres, punição aos violentos homens que nos agredem; já falei das diferenças trabalhistas, do assédio moral e sexual, e tantos outros assuntos pertinentes à problemática de gênero. Entendam bem! Não que falar sobre os problemas da questão feminina se torne mesmice, mas já sabemos os números sobre a violência contra a mulher e eles são alarmantes. Então vou falar um pouco de tudo.

Oito de março é o Dia Internacional da Mulher!

Vamos todos valorizar e celebrar as mulheres de nossas vidas e o quanto somos afortunados de viver em um tempo e em uma parte do mundo onde as mulheres podem compartilhar com muitos de seus dons e talentos com seus companheiros.

Foi apenas durante o século passado que as mulheres começaram a participar ativamente nas arenas dantes ou totalmente reservadas aos homens: o direito à educação; possuir bens; entrar profissionalmente nos campos tais como direito, engenharia e medicina; contribuir, em larga escala, nas artes e na cultura; ter o direito de votar e a ter voz na sociedade.

Não muito tempo atrás, em termos históricos, as pessoas pensavam que era uma piada quando uma mulher, Elizabeth Blackweel, se inscreveu para Medicina no ano de 1848 – o Brasil passou a permitir o acesso das mulheres somente a partir de 1879. Foi rejeitada por 11 escolas antes de ser aceita por uma. Apesar do ostracismo imposto pelos estudantes do sexo masculino que não a permitiram participar de demonstrações médicas, ela foi a primeira de sua sala, tornando-se a primeira médica formada nos Estados Unidos da América. Ela acreditava que seria importante para as mulheres terem a escolha de se consultar com médicas e que *“a saúde da nação deve ser a preocupação mais importante de um governo inteligente”*. Sua atitude é um dos exemplos ilimitados dos quais as mulheres logram desenvolver suas capacidades para o bem maior: o poder de servir e fazer a diferença na sociedade.

No início do século XX, era também considerado ridículo e contrário à feminilidade para as mulheres votarem. O sufrágio universal tinha firmemente ganho terreno; o direito de votar entre outros, tais como cidadania, são um dos recentes direitos adquiridos para as mulheres na maioria dos países ao redor do mundo e o Brasil pode se orgulhar de ser um dos países a ter o direito do voto feminino garantido, em 1934.

Mulheres, especialmente em seu papel como mães, vão tomar as rédeas e parar as guerras, salvar vidas, investir na educação e na saúde, e conservar o planeta; são resoluções para os problemas mundiais. O benefício da equidade é a harmonia e a paz.

Vejamos as mulheres negras no Brasil, segundo o Censo de 2000. A população de mulheres negras brasileiras é de 36 milhões e vive em sua maioria na zona urbana. A população feminina no Brasil está em torno de 52% da população e as mulheres negras são

30% desta. Os indicadores socioeconômicos apontam os mais baixos índices de qualidade de vida para as mulheres negras, que também têm baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, em relação às mulheres brancas.

As seqüelas emocionais do racismo, da discriminação racial e da superação emocional, é aí que mora a discriminação de raça e gênero.

Por outro lado, vamos brindar a essas bravas mulheres, cada uma com seu diferencial, que hoje recebem o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e que conseguem representar cada uma de nós, mulheres de lideranças e outras tantas milhares anônimas ou ignoradas, espalhadas por esse nosso imenso País, que, mesmo vivendo em seu pequeno universo, sem representatividade aparente, têm coragem e sabedoria para, às vezes, serem, até mesmo e simplesmente, mulheres. E isso não é uma tarefa fácil...

Mulheres destemidas que nos abriram as portas, que deram a volta por cima, como a Sra. Piveni Piassi, do Paraná, que foi a primeira Inspetora Regional de Ensino em Maringá e, aos 76 anos, passou a freqüentar o Ateliê de Artes, e hoje, com 84 anos, é uma artista plástica de renome em seu Estado; ou as brilhantes jornalistas que ontem receberam o Troféu de Imprensa em São Paulo. A todas os nossos parabéns, na pessoa da brilhante Editora-Chefe Ana Dubeux, que tem, juntamente com sua equipe, trazido inúmeros prêmios para o jornal *Correio Braziliense*. Parabéns mesmo! Vocês nos orgulham e abrem as portas para as gerações futuras. Vocês dão novos rumos à nossa história, ora portando uma bandeira de paz, ora portando uma bandeira da guerra pela luta contra a discriminação e contra as incontáveis violências sofridas ao longo dos tempos.

Estamos convictas de que nossa determinação está vencendo os preconceitos. Estamos crescendo, evoluindo, acreditando em nossa autoestima e alcançando vãos antes inacessíveis a mulheres de todo o mundo.

Parabéns às lutadoras e a todas nós, mulheres. Somos todas homenageadas e recompensadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz na representatividade das companheiras vencedoras. Com parceria, cumplicidade e unidade, seremos fortalecidas para muitas e grandes conquistas, podendo exercer assim, de fato, nossa plena cidadania, com direitos iguais para todas e todos.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – O Senador Romeu Tuma acaba de nos avisar que, na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, que cria o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária, extremamente importante. (*Palmas.*)

Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Iniciaremos agora a entrega dos diplomas.

O prêmio será entregue primeiro à Sra. Elizabeth Altino Teixeira.

Em 1962, o cineasta Eduardo Coutinho filmava em Sapé, na Paraíba, a história de João Pedro Teixeira, um dos líderes das Ligas Camponesas. Como um dos líderes que demandavam por reforma agrária, João Pedro foi assassinado, e o filme, interrompido com o golpe militar de 1964. Elizabeth, como mulher do símbolo assassinado, passou a ser perseguida e considerada um perigo para a segurança pública. Está aqui esta grande mulher. (*Palmas.*)

Ela espalhou os filhos pelo Nordeste e foi viver na clandestinidade no interior do Rio Grande do Norte. Passou a se chamar Marta Costa até 1983, quando o cineasta retomou as filmagens e pediu à nossa guerreira que interpretasse ela mesma, com seus filhos, amigos e conterrâneos, atuando como protagonista da históriaretrato da violência no campo que ainda perdura em nosso País.

Após reencontrar os filhos, ela assumiu a luta e a liderança que o marido exercia. Seu trajeto de vida está contado no filme *Cabra Marcado para Morrer*. É ela a protagonista de uma película violenta e triste que narra a vida real. Perguntada se poderia ser exemplo, ela nos respondeu: “*Eu, exemplo? Não, sou mais uma vítima que felizmente sobreviveu para contar*”.

Querida Elisabeth Teixeira, receba as nossas mais caras homenagens.

Convido a Deputada Lúcia Braga, única mulher da bancada federal da Paraíba, para entregar o diploma à Sra. Elisabeth, e a Deputada Estadual Iraê Lucena, para entregar placa. (*Palmas.*)

Deputada Lúcia Braga, única mulher da bancada federal da Paraíba, para entregar o diploma a Sra. Elisabeth Altino Teixeira; e a Deputada Estadual Iraê Lucena, para entregar a placa. (*Palmas.*)

(*São entregues o diploma e a placa. Palmas.*)

É o seguinte o diploma:



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a *Elizabeth Altina Feixeira* o

Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à
defesa dos direitos da mulher.

Senadora Serys Sléssarenko

PRESENTE DO CONSELHO DO
DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Senado Federal, 8 de março de 2006

Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

BERTHA LUTZ

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT) – Para facilitar, a próxima entrega será feita à frente da mesa. Solicito que posicionem os diplomas e as placas no corredor central do plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT) – Chamamos a Sra. Geraldina Pereira de Oliveira.

A realidade do Pará, violenta e desigual, levou nossa homenageada e o marido, João Canuto de Oliveira, ao engajamento nos movimentos sociais e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. João Canuto ganhou voz e liderança, e ela coordenava a proteção de perseguidos e vítimas da violência.

Esta grande mulher está aqui também. (*Palmas.*)

A moradia do casal era centro de resistência contra o poder – sem limites e escrúpulos – dos fazendeiros da região. *“Eles não davam tréguas para nós: assustavam, queimavam casas, surravam os trabalhadores, ameaçavam, expulsavam das terras, faziam de*

tudo, até que acabaram matando os meus”, conta a mulher coragem que seguiu lutando.

Apesar de toda a experiência amarga por que passou, ela nos confidenciou: *“Se fosse para começar tudo de novo, faria tudo igual. Apenas pediria a Deus que as coisas fossem um pouco mais fáceis. Com tanta terra boa no Brasil, para que tanta violência, tanto desacerto e tanta morte?”* (*Palmas.*)

Prezada Geraldina Pereira, receba nossa homenagem e nossas desculpas pela brutalidade com que foi tratada no Brasil. (*Palmas.*)

A nossa querida e batalhadora Geraldina vai receber o diploma das mãos da Senadora Ana Júlia. Chamamos a jornalista Jane Godoy para entregar a placa. (*Palmas.*)

(São entregues o diploma e a placa. Palmas.)

É o seguinte o diploma:



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere

Geraldina Pereira de Oliveira

Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2006

Senadora Serys Slomkowski

PRESIDENTE DO CONSELHO DO
DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Senador Renan Calheiros

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

BERTHA LUTZ

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT) – É uma pena não termos o tempo necessário para contar a história de cada uma mais detalhadamente. Dona Geraldina, há poucos instantes, antes de eu assumir a presidência dos trabalhos, dizia-me: *“Eu caminhava, e, a cada passo que dava, era um tiro. E eu saía saltando as balas por onde passava”*. Realmente é incrível a história dessas mulheres.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT) – A nossa próxima agraciada é uma das fundadoras da Associação de Mulheres de Negócios do Distrito Federal, da qual também foi Presidenta e ainda hoje é membro do Conselho Superior da entidade.

Foi Delegada Substituta da Receita Federal no Paraná nos idos de 70. Por que substituta? Ela respondeu: *“Tinha o cargo de fato, mas não de direito, seguramente por ser mulher”*.

Nos últimos anos, ela foi à China 10 vezes, pelo belo trabalho desenvolvido com grupo de Parlamentares e o fórum de mulheres de ambos os países. Há 2 anos, aos 80 anos, lançou o Livro *A China que sonhei e vi*.

Viúva, com 6 filhos, ela sonhou e realizou. E nós estamos aqui para participar de uma homenagem aos seus sonhos e realizações. É ela a Sra. Jupyra Ghedini. (*Palmas.*)

A nossa ilustre Mariza Gomes vai entregar o diploma à Sra. Jupyra Ghedini, e a companheira Verônica Calheiros passará às mãos da D. Jupyra a placa que o Senado lhe confere. (*Palmas.*)

(*São entregues o diploma e a placa. Palmas.*)

É o seguinte o diploma:



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere

a *Jupyrá Barbosa Ghedini* o

Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2006

Jupyrá Ghedini
Senadora Jerys Silesarenko
PRESIDENTE DO CONSELHO DO
DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Renan Calheiros
Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

BERTHA LUTZ

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT) – A próxima homenageada instalou, em 1985, a primeira delegacia de polícia de defesa da mulher, que serviu de modelo para a criação de outras delegacias em todo o País, e foi um marco no combate à violência contra as mulheres. Temos hoje 126 delegacias no Brasil e conseguimos monitorar os atendimentos em quase todo o território graças ao trabalho que ela começou.

Foi Secretária de Desenvolvimento Social de São Paulo, realizou a primeira contagem de meninas e meninos de rua e esteve à frente da criação da Ouvidoria de Polícia.

Com uma carreira pontuada de muitos trabalhos e sucessos, a brilhante Delegada Rose, como ficou conhecida em São Paulo, é também nossa homenageada na 5ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A brilhante Delegada Rosmary Corrêa vai receber o diploma das mãos da Ministra Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Laura, e chamamos o Senador Romeu Tuma para entregar a placa à homenageada.

(São entregues o diploma e a placa. Palmas.)

É o seguinte o diploma:



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere

Rosmary Corrêa

o

Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senadora Serys Slusarenko
PRESIDENTE DO CONSELHO DO
DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Senado Federal, 8 de março de 2006

Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

BERTHA LUTZ

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Levamos 15 dias, depois de muitas tentativas, para comunicar-lhe que era uma das agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz. Quando conseguimos, ela indagou: *“E a outra pajé não vai receber nada?”*

Para comparecer à cerimônia, ela já venceu vários obstáculos: 4 dias de viagem à pé na mata; 12 horas de carro; outras tantas de barco; um táxi aéreo para chegar até Rio Branco e um voo de 6 horas para chegar a Brasília. (*Palmas.*) Não, senhoras e senhores, ela não veio da Austrália, de onde se chega com apenas 24 horas de voo, veio do Acre, onde mora e vence diariamente a resistência dos sábios da tribo, que não admitiam mulheres na função de pajé.

Passou por outras provas de resistência física e psicológica: 1 ano sem tomar água e isolada na mata, valendo-se de alimentos crus, naturais. Com apenas 26 anos, descobriu que era sua vocação e desafio de vida ser líder espiritual – a pajé – de sua tribo. Ela, entretanto, não faz isso sozinha. Sua irmã Kátia a acompanha na formação. Fizeram o juramento à planta sagrada dos yawanawa.

Sua força, fé e resistência passa a seu povo e, por isso, ela se diz em paz. Perguntamos por que ela escolheu esse caminho. Sua resposta não permite dúvida: *“Somos iguais nesta passagem pela vida. Cada um com sua função e o poder de seu querer. Daqui do meu mato eu trabalho pela luz para o mundo todo”.*

Querida pajé Raimunda Putani, nós a homenageamos hoje pela sua grandeza, humildade, disciplina e coragem. Que seu exemplo seja plantado não só na sua tribo, mas em todo o Brasil e em todo o mundo. (*Palmas.*)

Chamo a pajé Raimunda Putani, junto com sua irmã de alma e de carne, Kátia, para receber o diploma e a placa.

Convido o Senador Tião Viana, para fazer a entrega do diploma, e a Sra. Embaixadora da Palestina Mayada Bamie, para entregar a placa.

(São entregues o diploma e a placa. Palmas.)

É o seguinte o diploma:



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere

a *Pajé Yawanawa Raimunda Putani* o

Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senadora Serjé Shessarento
PRESIDENTE DO CONSELHO DO
DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Senado Federal, 8 de março de 2006

Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

BERTHA LUTZ

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Agora, as nossas pajés, Raimunda e Kátia, que nos disseram que se sentem muito felizes, farão uma homenagem às mulheres aqui presentes e às do Brasil. Neste momento, cantarão em homenagem a todas as mulheres do nosso País.

(Realização de canto em homenagem às mulheres. Palmas.)

Realmente, é muita emoção para o Senado da República do nosso País ouvir o canto das pajés.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Agora a música *Curumim*, de Djavan, será interpretada por Célia Porto.

(É executada a música Curumim. Palmas.)

Agradecemos à cantora Célia Porto a brilhante, a maravilhosa participação.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Antes de passar a palavra às oradoras e aos oradores, esta Presidência deseja render singela homenagem a uma mulher que sempre nos engrandece e sempre se faz presente quando convidada a participar das ações relativas à questão da mulher, e o faz com muito carinho e determinação. Eu diria que é uma mulher que não sabe dizer “não”, pois sempre arranja uma forma de nos ajudar em nossas lutas, além do tanto que contribui para o desempenho das funções do marido em favor dos destinos desta Nação. Essa mulher tem desempenhado com grandeza, determinação e muito carinho as tarefas para as quais é convocada. Refiro-me à D. Mariza Gomes, que receberá a homenagem das mãos da Senadora Ideli Salvatti. *(Palmas.)*

Queremos prestar também uma outra homenagem, igualmente simples, à Ministra Nilcéa Freire, que, ausente, está sendo muito bem representada pela nossa Ministra Adjunta Maria Laura. Peço que S.Exa. receba esta simples mas carinhosa homenagem, como reconhecimento pelo trabalho que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres vem prestando. Esta homenagem será entregue pela Senadora Heloísa Helena. *(Palmas.)*

Agora peço palmas e uma salva de pétalas de rosas a todas as mulheres brasileiras. *(Palmas prolongadas.)*

Agradeço, carinhosamente, a presença de todos a esta sessão de homenagem. *(Palmas prolongadas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Solicito a cada oradora e a cada orador que se restrinjam ao prazo de 3 minutos, porque a lista é grande, e é claro que todos temos vontade de nos pronunciar.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Sem revisão da oradora.) – Meus cumprimentos às mulheres brasileiras, à Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, à nossa Embaixadora, à nossa Ministra, à Dra. Mariza Gomes.

Eu brincava com Maria Laura. A Senadora Serys Slhessarenko disse que ela era uma mulher que não sabia dizer “não”. Então perguntei: “Mas, Maria Laura, tem alguma mulher que sabe dizer “não”? Acho que estamos começando a aprender a dizer “não”. Vamos tentar desenvolver isso, em um discurso de 3 minutos.

Nossa PrimeiraDama, nossa companheira Senadora Ideli Salvatti, Senadora Heloísa Helena, amigas e amigos, ontem, da tribuna da Câmara, falando de nossa mania de não saber dizer “não”, fiz um discurso amargo, amargo mesmo. Eu disse: “*Estou comemorando o quê?*” Senador Cristovam Buarque, são alarmantes os índices no que diz respeito a exploração, agressão física, assédio, aborto clandestino, mutilação genital, negligência, tráfico de mulheres, prostituição; somos usurpadas e violentadas em relação às nossas consciências e aos nossos corpos a cada 15 segundos no Brasil, como tão bem lembrou o Presidente, e continuamos perdendo cada um dos nossos direitos e ganhando menos. Os programas de saúde da mulher não funcionam, e o orçamento para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está cada vez menor. Por isso não acreditava em mais nada.

Após ter dormido melhor, cheguei e vi as homenageadas com o prêmio Bertha Lutz e com o prêmio Carlota Pereira de Queiroz, que está sendo entregue na Câmara dos Deputados. Hoje, Senadora Heloísa Helena, mudei de idéia quando li esse documento e vi D. Elisabeth, bonita, lutadora, com 79 anos de idade, e orgulhosa porque, de alguma forma, transformou a sociedade.

Havia trazido um poema de Pablo Neruda para ler, mas vou ler 2 frases que são muito mais importantes, porque acabam com aquela sensação de amargura que tive ontem e me dão esperança para continuar.

Nós, mulheres, obedecemos automaticamente, embora não devesse ser assim.

Em conversa com a Senadora Patrícia Saboya, S.Exa. disse: “*Laura, temos que votar o FUNDEB*”. Ontem, conversando com as Deputadas, mencionamos que temos de tornar lei a proposição que modifica a questão da violência doméstica. São tantas outras matérias que temos de votar... Mas vamos votá-las. O mais

importante não são apenas as leis, Sra. Presidenta, é a mudança de consciência da mulher brasileira.

Vou terminar meu discurso lendo as 2 frases. O poema de Pablo Neruda pode ser encontrado na Internet. As frases, somente neste documento.

Completando algo que disse a Senadora, a nossa pajé afirmou o seguinte: *“Nós precisamos limpar o coração e redescobrir o amor, a humildade, a coragem de defender a igualdade entre todos, a vida, com tudo de bom e bonito que ela tem”*. O que ela disse em poucas palavras 15 páginas de discurso não teriam a capacidade de dizer.

Estou apaixonada tanto pela Geraldina quanto pela D. Elizabeth, que declarou que não era vítima – foi isso que me deixou mais motivada – e disse: *“Um dia isso tudo será história de um passado triste, e o Brasil será melhor para todo mundo”*.

Deus permita que seja verdade e que essas mulheres continuem lutando para que isso ocorra. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Excelente, Deputada, muito bem.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– A Deputada Rose de Freitas pediu para comunicar que está na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Por isso não está presente nesta sessão.

Aliás, estamos com o coração aqui e também na Comissão de Orçamento. Desesperada estou porque o Orçamento está com problema. A Deputada Laura Carneiro saiu correndo para lá. Somos membros titulares dessa Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO. Sem revisão da oradora.) – Meus cumprimentos à Sra. Presidenta, à D. Mariza, à Deputada Laura Carneiro, à Sra. Maria Laura, que nos honra com a sua presença, à Sra. Verônica Calheiros, à Sra. Mayada Bamie, Embaixadora da Palestina, e à juventude que se encontra neste plenário, na pessoa da Sra. Celina Leão, Secretária de Estado da Juventude.

É com alegria que estamos aqui homenageando mulheres tão valorosas, cada uma com sua trajetória, mostrando a força e a determinação das mulheres.

Temos trabalhado intensamente no Congresso Nacional, sem distinção partidária, para conseguir resultados altamente positivos. Tanto é, que temos hoje a adesão de todos os Parlamentares homens como nossos companheiros nessa luta. Eles nos têm ajudado a conseguir grandes conquistas. Entre elas está a reforma do Código Civil, vigente desde 1916, que infelizmente hierarquizava a questão de gênero.

Só conseguimos a reforma do Código após o ano de 2002. Atualmente já temos maior espaço no que se refere aos direitos civis.

Precisamos lutar para garantir espaços tanto no setor privado quanto no público. Na área privada, temos como desafio avançar no sentido de conseguir relações familiares mais igualitárias. No espaço público, temos de buscar com toda a força a democratização, de maneira a estarmos presentes nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, onde ainda há número inexpressivo de mulheres com poder de decisão.

Portanto, esta homenagem, no Dia Internacional da Mulher, quando outorgamos o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, é uma grande oportunidade para repensar alguns parâmetros, a fim de construirmos novos espaços, tanto públicos quanto privados.

No espaço privado, já temos o caminho da reforma do Código Civil. No espaço público, temos a luta das mulheres. A luta dos movimentos feministas fez com que, hoje, mulheres, embora ainda em número insuficiente, atuem no Legislativo como Senadoras, como Deputadas Federais e, nas Câmaras Municipais, como Vereadores. Essas mulheres já levam um novo olhar para as questões femininas ao discutirem matérias de interesse de uma sociedade que queremos igualitária.

Deixo minha homenagem a todas aquelas que receberam o prêmio. Cada uma tem trajetória muito especial, muito bonita, que significa o caminho da mulher de maneira geral, não só da mulher no Brasil, mas da mulher no mundo. Travamos uma luta de persistência e determinação, que busca atingir seus objetivos, sem que para isso existam parâmetros específicos.

O modelo que temos é o masculino. Ainda estamos descobrindo nossos modelos, que, tenho certeza, serão responsáveis pela democratização e pela união entre homens e mulheres.

Já temos a cumplicidade de Parlamentares, de representantes das Câmaras Municipais que hoje também defendem os direitos humanos, principalmente os direitos das mulheres, bem como uma sociedade mais igualitária e mais justa.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– As Senadoras Patrícia Gomes, Fátima Cleide e Heloísa Helena acabaram de adentrar o plenário com crianças que querem fazer conclamação ao Senado da República para que aprove a importante matéria relativa ao FUNDEB.

(Manifestação no plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Ao me pronunciar, falei da relevância da apro-

vação do FUNDEB para o País. Sejam muito bem-vindas as crianças. É assim que se constrói um Brasil melhor.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, inicialmente quero dizer da satisfação que tenho ao ver uma Mesa composta dessa forma, coisa inusitada não apenas nesta Casa, como em todos os centros de poder no Brasil. Não tenho dúvida de que, se a composição de todas as Mesas fosse dessa forma, teríamos mais sensibilidade para enfrentar os problemas sociais brasileiros, especialmente na área de educação.

Sra. Presidenta, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores presentes, o dia de hoje é chamado de Dia da Mulher, no singular, mas lamentavelmente no Brasil não podemos chamar as pessoas no singular. O dia é da mulher no singular, com sua característica específica de mulher, mas no Brasil não dá para dizer Dia da Criança, Dia do Trabalhador, porque este é um País dividido.

Com pouco tempo, vou falar para os 2 grupos de mulheres que há no Brasil. Em primeiro lugar, para aquele grupo de mulheres que têm os filhos fora da escola, muitos deles presos, por descuido das autoridades no momento em que essas crianças precisavam de atendimento. Quero falar para aquelas mulheres que estão sem emprego e cujos maridos também estão sem emprego; para as que não têm terra e cujos maridos não têm onde trabalhar na agricultura.

Digo a essas mulheres que não percam a esperança, nem se acomodem, mantenham a esperança acesa de que, um dia, vamos poder falar da mulher no singular, da criança no singular, do trabalhador no singular, de um País que não seja dividido pelo *apartheid* que temos.

E às outras mulheres – aquelas que têm os filhos na escola, aquelas que, ao ficarem doentes, recebem atendimento, aquelas cujos maridos têm emprego, elas próprias têm emprego, aquelas profissionais bem-sucedidas – eu quero dizer que também não percam a esperança de que a mulher vai conseguir direitos iguais neste País e no mundo.

Peço a elas que, além da esperança, tenham a consciência e a generosidade de lutar para que no Brasil aquelas sem escolas para os filhos, sem hospitais para a família, sem moradia para os filhos sejam um dia também incluídas no essencial a que todo brasileiro e brasileira têm direito.

A esses 2 grupos de mulheres digo que o Brasil, com seu *apartheid*, fez uma divisão de categorias, a

dos incluídos e a dos excluídos. Na África do Sul se dividiram negros e brancos. Imaginem comemorar o Dia da Mulher na África do Sul antes de Mandela. Não fazia sentido! Era o dia da mulher negra, o dia da mulher branca, porque elas não se encontravam.

No Brasil, precisamos fazer com que se encontrem as mulheres, para que, de fato, um dia, possamos comemorar o Dia da Mulher, no singular, sem desigualdade, sem diferença de umas em relação a outras, todas juntas lutando pelos mesmos direitos.

Parabéns às mulheres, no plural, pelo seu dia! Parabéns à mulher, no singular, pelo dia que, um dia, vai ter. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT)– Concedo a palavra à Sra. Deputada Lúcia Braga.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMDB-PB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que compõem a Mesa, em primeiro lugar, quero dizer que falo em nome de todas as Deputadas Federais do PMDB: Rose de Freitas, Almerinda de Carvalho, Marinha Raupp, Maria Lúcia Cardoso, Teté Bezerra, Ann Pontes e da Deputada Estadual Iraê Lucena, que também está presente.

O dia 8 de Março está gravado em nós, mulheres, todos os dias, pois, todos sabem, foi o dia em que, em 1857, trabalhadoras de Nova Iorque foram queimadas vivas somente porque reivindicavam melhores salários. No entanto, até hoje, apesar das conquistas que obtivemos – fui Constituinte e sei da luta suprapartidária em favor da mulher -, ela, a mulher, continua violentada, discriminada. A violência começa em casa e a acompanha nas rua e no trabalho. Na Paraíba, meu Estado, no ano de 2005, as mulheres foram vítimas de 118 estupros e 60 assassinatos. Pasmem, senhoras e senhores! Por isso, apesar de nossas conquistas, de estarmos ocupando mais espaço de poder, nossa luta deve prosseguir. É uma luta árdua, e ainda há muito chão pela frente, no dizer popular. Na sessão de hoje vamos priorizar algumas homenagens.

Em primeiro lugar, homenagem às companheiras presentes nesta solenidade que comemora o Dia Internacional da Mulher, as Sras. Senadoras e Deputadas agraciadas com troféus nesta festa, que é nossa; mulheres representantes da sociedade civil em defesa da mulher e das etnias, mulheres das pastorais da Igreja, mulheres ocupantes das diversas esferas de poder, mulheres donas de casa, mulheres dos movimentos de defesa da terra.

Ao homenagear as mulheres agraciadas com o prêmio Bertha Lutz, permitam-me que o faça por meio da Sra. Elizabeth Teixeira, heroína escolhida por nós,

paraibanas, e pelas mulheres, parlamentares ou não, que se mobilizam na luta de gênero, para receber esse importante troféu. E o fazemos com um especial orgulho de paraibana em favor dessa conterrânea simples, forte e corajosa, que faz jus ao troféu que hoje recebe. Elizabeth honra as tradições da resistência e bravura da mulher da Paraíba!

A nós, única mulher da bancada paraibana, coube-nos a honra, concedida pela ilustre senadora Serys Slhessarenko, a quem agradeço, de entregar o troféu Bertha Lutz a Elizabeth Teixeira, admirável heroína de resistência rural na memorável luta das Ligas Camponesas!

Elizabeth Altino Teixeira possui uma belíssima e comovente história de vida, feita de garra, força e coragem. Sobrevivente da eterna luta pela terra, Elizabeth Teixeira, de 79 anos, ficou conhecida em 1984 por meio do filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho.

Quando, em 1962, o cineasta filmava em Sapé, Paraíba, a história de João Pedro Teixeira, marido de Elizabeth e um dos líderes das Ligas Camponesas, combatente pela reforma agrária, o agricultor foi assassinado. E, depois, com o golpe militar de 1964, as filmagens foram interrompidas.

Elizabeth, perseguida pela ditadura militar, foi obrigada a se esconder. Espalhou os filhos pelo Nordeste e viveu como clandestina no Rio Grande do Norte, até 1983, usando o nome Marta Maria da Costa. Coutinho retomou o filme, tendo Elizabeth, filhos, amigos e conterrâneos como protagonistas dessa história de violência no campo que até hoje se repete no Brasil.

Elizabeth Teixeira confirmou a luta de João Pedro pelo direito à terra, entrando para a história da Paraíba como um símbolo de resistência e coragem na luta rural, qualidades registradas no filme de Coutinho.

A ela, que nos serve de exemplo dignificante de vida, entregamos o troféu Bertha Lutz. Nós, mulheres do PMDB, devotamos-lhe um preito de justiça e admiração!

Parabéns às mulheres paraibanas! Parabéns a todas as brasileiras! Parabéns, enfim, pelo Dia Internacional da Mulher, às heroínas anônimas que sofrem caladas.

Senhoras e senhores, passadas todas essas lutas e com todas essas conquistas, vemos que ainda hoje a mulher, independentemente de sua classe, vive a experiência discriminatória da exclusão social. A mulher é violentada nos seus direitos salariais, é tripujada quando ingressa no emprego (por exemplo, quando lhe exigem atestado de esterilidade ou teste negativo de gravidez, o que é uma violência ao direito da licença-maternidade de 120 dias, direito pelo qual todas nós da bancada feminina tanto lutamos).

Durante 20 anos de vida pública, venho trabalhando em favor da igualdade de gênero e denunciando a violência contra a mulher, que cresce cada vez mais, de forma alarmante. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, uma mulher é agredida a cada 3 horas. Só em 2005, repito, foram 118 estupros e 60 assassinatos contra mulheres.

Portanto, senhoras e senhores, reflitamos sobre esta realidade. Já obtivemos significativas conquistas, mulheres já ocupam importantes espaços de poder, mas a luta deve prosseguir.

De nossa parte, ao longo dos vários mandatos legislativos que assumimos, a luta pela ampliação do espaço da mulher tem sido compromisso irrevogável.

Como Deputada Constituinte defendi todas as emendas em favor da mulher. E lembro que o empenho de todas as Constituintes pela causa foi suprapartidário. Destacamos a nossa defesa das emendas pela parteridade responsável, pela licença-gestante de 120 dias e pela aposentadoria especial para a mulher.

No mandato subsequente, continuamos a luta de gênero, participando de CPIs e apresentando projetos de lei, como o que institui a licença-maternidade para a mãe adotiva. Como Deputada Estadual consegui elaborar e aprovar leis em favor da mulher, como a que criou sedes próprias para as delegacias da mulher no Estado novas delegacias como as de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita; contudo, são leis que até hoje não foram implementadas, mas pelas quais continuamos lutando, com a parceria dos movimentos da mulher na Paraíba e das valorosas Deputadas e Vereadoras do nosso Estado.

Ainda como Deputada Estadual, pude intermediar junto ao então Governador José Maranhão a instalação de uma Casa Abrigo em João Pessoa, que foi gerida pelo Centro da Mulher 8 de março. Infelizmente, no atual Governo, ela foi fechada.

Criamos a Associação das Mulheres Parlamentares da Paraíba para congregar todas as Parlamentares do Estado na luta de gênero. E, num trabalho paralelo, presidimos a Fundação Desembargador Toledo, que tem como alvo a recuperação de menores de ruas e o combate à violência contra a mulher, bem como a conscientização com relação à prevenção dos cânceres de mama e de útero e à prevenção de AIDS. Um universo de mil mulheres já foi atingido.

Agora como Deputada Federal, pela terceira vez, apresentamos projetos de lei em defesa da mulher que vêm tramitando com lentidão nesta Casa, o que lamentamos. São projetos importantes como o que estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos que discriminam mulheres; o que combate o turismo sexual; e o Projeto de Resolução nº 173,

de 2004, que cria a Comissão Permanente da Mulher – este, a nosso ver, tem prioridade, mas se encontra “engessado” nesta Casa Legislativa. Por isso fazemos um apelo ao nosso querido Presidente, Deputado Aldo Rebelo, que inclui entre seus grandes predicados a sensibilidade à causa da mulher, para que intervenha em favor da agilização desse projeto de resolução, que, se aprovado, dará mais visibilidade à nossa luta e, com certeza, representará mais uma conquista da mulher neste Parlamento.

Apelamos também às companheiras Parlamentares para que façamos uma união suprapartidária em torno da criação da Comissão Permanente da Mulher.

É necessário que propaguemos sempre mais a consciência da responsabilidade de cada mulher para com a ampliação do nosso espaço, a partir desta Casa Legislativa, através do exemplo de união entre todas nós Parlamentares, acima de partidos e sempre em favor do interesse que nos é comum – a igualdade de gênero.

Concluindo, queremos homenagear as mulheres de todas as culturas e raças, de todas as classes sociais, as heroínas anônimas do dia-a-dia, nas fábricas, nas favelas, nas escolas, no campo, em luta pela terra, bem como as mulheres do semi-árido, que vivem sob a inclemência das secas periódicas, mulheres cujos seios já murcharam e não lhes resta mais leite para alimentar seus pequenos filhos. São essas mulheres que esperam a transposição das águas do Rio São Francisco para o resgate de sua cidadania.

Queremos ressaltar, na oportunidade, a memória de Margarida Alves, heroína mártir da reforma agrária na Paraíba.

Ressaltamos também o mérito das mulheres que serão agraciadas com os troféus Bertha Lutz e Carlota Queiroz na sessão solene que será realizada amanhã no Senado Federal, também em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Mais uma vez, nosso preito de admiração a Elisabeth Teixeira, também uma das homenageadas de amanhã, heroína símbolo de resistência na história das Ligas Camponesas na Paraíba, a quem entregaremos o troféu Bertha Lutz.

Nossa homenagem, portanto, a todas as mulheres brasileiras, especialmente às mulheres do nosso Estado da Paraíba.

Por fim, nossa saudação a todas as mulheres, às heroínas anônimas do sofrer anônimo. A todas a nossa homenagem por este dia que é nosso.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes.

É com imensa alegria que assomo a esta tribuna para prestar a homenagem do PMDB e do povo paraibano às mulheres brasileiras, nesta sessão destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

E neste ano o faço com o coração pleno de afeto e orgulho porque, entre tantas razões de júbilo, destaca-se para mim, em particular, a oportunidade de render meu tributo a uma conterrânea cuja trajetória de vida expressa bem a força, a doçura, a generosidade e a determinação da mulher paraibana.

Falo de Elisabeth Altino Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, líder camponês assinado em 1962, uma das 5 mulheres escolhidas pelo Senado para receber o prêmio Bertha Lutz neste ano.

Quem não se lembra do filme *Cabra Marcado para Morrer*, que retratou com a força da verdade a saga da família Teixeira e deu visibilidade e rosto a essa extraordinária mulher que teve sua história pessoal indelevelmente misturada à história da luta dos oprimidos pela terra no Brasil?

Lembro-me de uma sessão do filme, em Santos, ao fim do qual houve uma verdadeira explosão de aplausos e lágrimas, de indignação, de reconhecimento e, acima de tudo, de gratidão e orgulho pela fibra e coragem da gente sofrida do campesinato, que, apesar das dificuldades, “possui a estranha mania de ter fé na vida”.

Sem desmerecer as demais premiadas, ao contrário, honra-me oferecer-lhes o preito de admiração e respeito do PMDB, o meu partido, concentra na figura de Elisabeth a expressão do nosso tributo e reconhecimento.

Não posso calar a minha emoção diante dessa “maria-maria”, Elisabeth, “que traz na pele essa marca, mistura de dor e alegria, de garra e de graça”, que encantam e seduzem gerações na busca de um mundo melhor, mesmo do alto de seus 81 anos.

Pela primeira vez, uma mulher paraibana será agraciada com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

Anualmente, o Senado Federal confere o Prêmio Bertha Lutz, um diploma que simboliza a homenagem e o reconhecimento ao trabalho de mulheres que contribuem para a defesa dos direitos femininos e para a equidade de gênero.

A iniciativa de apresentar uma relação de paraibanos para concorrer ao prêmio foi da Deputada Estadual Iraê Lucena, filha do saudoso Senador Humberto Lucena, Presidenta da Comissão dos Direitos da Mu-

Iher e da Igualdade de Oportunidades na Assembléia Legislativa da Paraíba; e a escolha dos nomes foi uma indicação do Fórum Paraibano de Mulheres.

Iraê Lucena entregou a lista das concorrentes à Senadora Serys Slhessarenko, presidente do comitê responsável pela entrega do prêmio, durante a vinda da Parlamentar à Paraíba, em novembro de 2005, quando participou de sessão especial no Dia Internacional de Não-Violência Contra a Mulher.

Mas o que essas mulheres de origens e condições sociais tão diversas têm em comum? Todas elas se destacaram no meio em que vivem pela coragem excepcional de lutar por uma causa maior, qual seja, o bem de coletividade.

Entre o conforto e a segurança de uma vida limitada pelo cuidado com a própria família, souberam tecer uma ampla e delicada teia de motivações a sua volta, com o nobre objetivo de construir uma realidade mais justa e fraterna para um número maior de pessoas.

Nela, os laços de identidade não se esgotam no parentesco sanguíneo e/ou de afinidade, mas continuam a se expandir e fortalecer exponencialmente pela força magnífica da união em tomo de um ideal comum.

São pessoas modificadoras do meio onde vivem; sábias e empreendedoras, conhecem como poucas a arte de conviver.

E é justamente na pessoa dessa mulher frágil e miúda na aparência, mas uma gigante da condição feminina, que estendo a minha homenagem às demais premiadas: Geraldina Pereira de Oliveira, Jupyra Barbosa Ghedini, Pajé Yawanawa Raimunda Putani, Rosmary Corrêa e a todas as mulheres, brasileiras ou não, anônimas ou conhecidas.

Mulheres extraordinárias que fazem do seu saber ancestral a principal ferramenta de construção de homens e mulheres amorosamente preparados para o convívio harmonioso em um mundo de paz e prosperidade que, juntos, haveremos de construir.

Elisabeth Altino Teixeira, mulher, trabalhadora rural, sobreviveu ao autoritarismo, ao latifúndio e aos latifundiários, às perseguições, à clandestinidade, às amarguras e à paulatina destruição da sua família – do seu companheiro João Pedro Teixeira, de filhas e filhos, da terra e dos companheiros de luta.

Participante da Organização das Ligas Camponesas, na Paraíba, mais precisamente em Sapé, viúva do grande líder camponês, seria sua futura dirigente e cresceu na luta aliando determinação, coragem e desprendimento.

Nos seus 81 anos de vida, quase todos marcados por grandes tragédias, essa mulher formidável passou anos na clandestinidade, fugindo da ditadura militar,

no Município de São Rafael, interior do Rio Grande do Norte, tendo adotado o nome de Marta Maria Costa.

Afastada dos filhos por questão de segurança, Elisabeth, como muitas Marias e Clarices que choraram longamente no solo do Brasil, só pôde reencontrá-los 16 anos depois, já homens e mulheres feitos e espalhados pelo mundo. Apesar de pequena e pobre, diante do avatar da ditadura, jamais se deixou intimidar e desafiou o autoritarismo e o tempo, fazendo de sua luta sua razão de viver. Sua maior bandeira sempre foi e continuará a ser a reforma agrária.

O filme *Cabra Marcado para Morrer* serviu para que Elisabeth denunciasse a perseguição, a tortura e a morte de muitos camponeses.

Conforme tão bem expressou a Deputada Iraê Lucena no memorial em que apresenta o nome de Elisabeth Altino Teixeira para concorrer ao Prêmio Bertha Lutz, ela *“é o retrato do nosso povo, do povo nordestino, homens e mulheres, que ela encarna como ninguém, com sua coragem, sua força e sua lucidez. Elisabeth é também o retrato da mulher condicionada na cultura patriarcal, da alienação, da falta de direitos: de que não precisa estudar, porque era mulher, e da sua subversão”*.

O rompimento com as estruturas familiares se deu com um casamento com alguém inusitado para aquela família: trabalhador rural, pobre e negro.

Ela soube romper as fronteiras das intolerâncias sociais e étnicas. Hoje reside no Bairro Cruz das Armas, em João Pessoa. E recebeu a maior comenda da Assembléia Legislativa, que é a Medalha Eritácio Pessoa – uma forma de o Legislativo homenagear uma mulher que se tornou símbolo da luta pela liberdade, pelos direitos humanos e contra a violência no campo.

Foi indicada, ainda, para o prêmio Mil Mulheres pela CUT nacional.”

Por todo esse saber intuitivo, colocado em benefício da causa dos direitos humanos no campo, é que poderíamos sintetizar sua magnífica história de vida em 3 substantivos essenciais para a história das civilizações: pão, terra e liberdade!

À Elisabeth Teixeira, à Geraldina Pereira de Oliveira, à Jupyra Barbosa Ghedini, à Pajé Yawanawa Raimunda Putani, à Rosmary Corrêa, o emocionado e respeitoso cumprimento do PMDB e os votos de que as boas árvores por elas plantadas possam continuar a se multiplicar em frutos de justiça social e igualdade para todos e todas.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Nós agradecemos a V.Exa., Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra à Sra. Deputada Zelinda Novaes.

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais e Estaduais, Sras. e Srs. Vereadores, autoridades presentes e representantes, a comemoração do Dia Internacional da Mulher mais uma vez nos coloca diante da real situação da mulher no Brasil, contabilizando ganhos e retrocessos. A despeito de todos os avanços que coroaram a luta da mulher brasileira, sabemos que ainda perdura um regime de desigualdade de direitos em relação ao homem, agravado por algumas circunstâncias.

Percebe-se, senhoras e senhores, que o problema da discriminação contra a mulher no Brasil ganha especificidade no contexto maior das desigualdades sociais. Enquanto se verifica, por parte das mulheres, maior participação no mercado de trabalho e alterações positivas de comportamento nas relações interpessoais, permanece um cruel ranço de discriminação contra a mulher que pertence às camadas de menor poder aquisitivo. Esse fenômeno, que elimina as possibilidades de emancipação da mulher, apresenta um círculo perverso: quanto mais pobre a mulher, mais discriminada; e, quanto mais discriminada, menores são suas chances de ascender social e profissionalmente.

Em meio a todo tipo de dificuldade, as mulheres são extremamente sobrecarregadas pelas tarefas domésticas e familiares, tendo de trabalhar para sustentar a casa ou complementar o orçamento doméstico. A falta de perspectivas, os problemas cotidianos e, sobretudo, o preconceito introjetado são responsáveis por inúmeras situações de violência física e moral contra a mulher, muitas delas jamais denunciadas, seja pelo desconhecimento das leis, seja por medo de retaliações.

Nessas circunstâncias, senhoras e senhores, a submissão da mulher por discriminação começa muitas vezes na infância. Oriundas de classes mais baixas, as meninas são privadas do acesso à educação, muitas vezes mesmo em nível fundamental, e assim se perpetuam, em uma situação sem qualquer possibilidade de ascensão ou reconhecimento social.

Ao mesmo tempo em que esperamos por uma justa redistribuição de renda no País, muito deve ser feito em prol dos direitos da mulher, sobretudo no sentido de fazê-la escapar dos agravantes, da própria pobreza.

Há ainda outro importante aspecto a ser mencionado, que diz respeito à especial condição da mulher e seu papel na família. Não devendo, a nenhum pretexto, ser discriminada profissional ou socialmente

em relação ao homem, a mulher, no contexto de suas atribuições dentro de casa, merece ser amplamente valorizada, ter seu trabalho respeitado não apenas na família, mas também na sociedade.

Daí nossa firme posição em favor da aposentadoria doméstica, no sentido de premiar uma vida de trabalho, em nada diminuída pelo fato de se restringir aos limites do lar. Como homenagem ao Dia da Mulher, fazemos questão de confirmar nosso apoio a todas as iniciativas da Casa que, nos termos da Emenda nº 47, de 2005, proponham o aumento da cobertura previdenciária, para incluir a trabalhadora doméstica de baixa renda, assegurando-lhe uma velhice digna e protegida. Dessa forma, nos próximos anos teremos mais motivos para comemorar esta data.

Nós, mulheres do Brasil, estamos todas sendo homenageadas esta semana. Contudo, a parte que me cabe quero transferi-la àquelas mulheres que deram os melhores anos de sua vida e hoje estão esquecidas nos abrigos pelos familiares, pela sociedade e, principalmente, pelo Poder Público.

Parabéns, Mulheres!

Continuemos firmes nessa luta!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, no Dia Internacional da Mulher, cumprimento toda a Mesa em nome da nossa colega Senadora Serys Slhessarenko, que tanto tem se dedicado a essa luta. E quero cumprimentar todas as demais mulheres que compõem a Mesa, também dedicadas a essa luta. Demos tantos passos, mas ainda temos tantos a dar para viver as nossas diferenças com direitos iguais.

O Dia Internacional da Mulher é conhecido e vinculado às lutas e às reivindicações das mulheres do mundo todo. É também o momento em que devemos parar para refletir, juntar nossas forças e lutar contra os abusos, a violência e a discriminação perpetrada contra as meninas e mulheres em todos os continentes do mundo. Por outro lado, é a oportunidade de, juntas, comemorarmos nossas conquistas, renovarmos nossa disposição e reafirmarmos nossas esperanças.

Pensar, falar sobre os direitos humanos das mulheres é deparar-se com uma série de violações e situações da condição feminina no mundo atual, seja no ocidente, seja no oriente. É falar no fenômeno da violência a que estamos expostas em todos os lugares, nos lares, na rua ou no trabalho.

Este ano, quero homenagear todas as mulheres através de uma homenagem especial às mulheres do

campo. Mulheres guerreiras, cheias de força e garra que, com suas mãos calejadas, acariciam seus filhos; com seus olhos embotados de terra enxergam com clareza o futuro; com seu corpo muitas vezes miúdo e cansado da dura labuta diária protegem os seus lares. Essas mulheres que enfrentam com dignidade e altivez as grandes dificuldades que lhes impõe a pobreza e o preconceito merecem não só a nossa homenagem, mas a nossa admiração, a nossa reverência e a nossa gratidão.

No campo, a força da mulher está sempre presente, na maioria das vezes na invisibilidade. Porém, algumas se destacam e marcam páginas na história como mulher, como trabalhadora, como sujeito político.

A uma dessas grandes mulheres eu hoje presto especial homenagem. Uma guerreira que representa muito bem a força e a luta da mulher brasileira do campo. Por seu exemplo de vida, recebeu aqui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Geraldina Pereira de Oliveira, trabalhadora rural sem propriedade de terra, migrou com sua família de Campestre de Goiás, cidade onde nascera, para Rio Maria, no sudeste do Pará, em 1973, na expectativa de que, juntamente com seu marido, João Canuto de Oliveira, seus filhos e filhas pudesse melhorar suas condições de vida.

Durante os primeiros anos como trabalhadores rurais em Rio Maria, enfrentaram todos os desafios que a realidade local impusera: foram peões de fazenda, meeiros, parceiros, e nada de conquistar a terra prometida. Na década de 70, presenciaram e também sofreram a violência praticada pelos latifundiários, tendo sua casa queimada e sendo expulsos da terra onde moravam. Como defesa, começaram a participar dos movimentos sociais locais, organizando e integrando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia.

Geraldina, consciente do seu papel de mulher, mãe e companheira, decidiu, juntamente com seu marido, lutar contra a violência dos latifundiários. Enquanto João Canuto conscientizava os camponeses da necessidade de lutar pelos seus direitos, fundando junto com estes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, em 1983, sua mulher e companheira acolhia em sua casa vítimas da violência no campo.

A luta pela reforma agrária ganhou força, e João Canuto tornou-se uma das maiores lideranças camponesas da região, incomodando os latifundiários e a União Democrática Ruralista (UDR).

De triste lembrança para todos nós, em 18 de dezembro de 1985, João Canuto foi brutalmente assassinado a mando de fazendeiros e políticos ligados à UDR. Daí em diante, Geraldina tornou-se referência na luta contra a violência e a impunidade.

Em abril de 1990, seus 3 filhos, José, Paulo e Orlando Canuto, foram seqüestrados por pistoleiros a serviço de fazendeiros. Os 2 primeiros foram mortos. Orlando, único sobrevivente do seqüestro, porque se fingiu de morto, teve o apoio de sua mãe, presente a esta sessão, para continuar a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, assumindo a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

A perda do marido e de 2 filhos, à semelhança de muitas famílias rurais, obrigou Geraldina a enfrentar um mundo de violência, preconceitos e desrespeitos que moldou reações de luta, resistência, defesa e denúncias frente a todas as injustiças. Geraldina e os demais trabalhadores rurais não se abateram diante da violência sofrida em Rio Maria. Ao contrário, redimensionaram as suas lutas através de outros tipos de organizações.

Em 1991, fundaram o Comitê Rio Maria, que foi se ampliando, de certa forma tornando-se uma rede de pessoas solidárias, comprometidas na luta contra a violência e a impunidade e pela paz. O Comitê, que teve a sua frente durante vários anos outra guerreira, a filha de Geraldina Luzia Canuto de Oliveira Pereira, conta hoje com uma rede de amigos no Pará, em outros Estados brasileiros e com pessoas e organizações nos Estados Unidos, na França, na Suécia, etc.

O trabalho realizado por Geraldina, Sra. Presidenta, beneficiou os camponeses e deu força para os lutadores por uma sociedade mais justa, pois ela se tornou símbolo vivo da resistência e da luta camponesa pela reforma agrária e pelo fim da violência, da impunidade e da grilagem de terras. Quem conhece essa guerreira tem certeza de que o corpo frágil marcado pela idade e pelos anos de resistência, pelas dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência, pelo direito ao trabalho, pela reforma agrária, contra a impunidade, pela paz, não se abate, continua firme.

Também quero prestar minha homenagem a outras mulheres presentes, Raimunda Putani Yawanawa, Rosmary Corrêa, Elisabeth Altino Teixeira e Jupyra Barbosa Ghedini, que representam todas as mulheres, na figura dessa pequena grande mulher, exemplo da força, da firmeza, da determinação que existe por trás da aparência muitas vezes frágil e sensível das mulheres.

À Geraldina que existe dentro de cada uma de nós presto minha reverência, admiração e gratidão. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras.

e Srs. Parlamentares, a bancada do Partido Popular Socialista nesta Casa pediu-me que viesse à tribuna nesta sessão solene para dizer da nossa gratidão às mulheres do Brasil e do mundo, que têm contribuído de forma expressiva para que este planeta se torne habitável, com povos fraternos e solidários.

Impossível não reconhecer que muita coisa mudou com a invasão das mulheres na vida pública, espaço exclusivo dos homens até há bem pouco tempo. Com toda a certeza, podemos afirmar que nada mais será como antes, mesmo que todas as conquistas sofram retrocesso.

Nas 4 últimas décadas, as mulheres se têm organizado de diferentes formas e exigem participação na sociedade em igualdade de condições com os homens. Isso representa elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, sem discriminação em razão de cor, de etnia, de credo, de deficiência, de idade, de orientação sexual ou de classe social.

Embora as mulheres tenham conseguido avanços importantes, como o direito ao voto, o acesso ao mercado de trabalho, a participação nos cargos públicos, na área científica e econômica e a maior liberdade sexual, ainda são muitas as discriminações que sofrem, principalmente as negras, indígenas e pobres.

As lutas feministas apontam as demandas das mulheres no sentido da garantia da igualdade de direitos e oportunidades e cobram do Poder Público o cumprimento dos tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário – eles têm força de lei – e que têm produzido políticas públicas para promover o exercício da cidadania plena das mulheres.

Porém, ainda há muito a ser feito para que as mulheres alcancem autonomia e participem ativamente da luta pelos seus direitos, legítimos direitos humanos tão necessários à construção de uma sociedade mais democrática, com a superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação de gênero e raça.

Os partidos políticos têm convivido com número apenas simbólico de mulheres nos seus espaços de direção e representação. Isso demonstra a reprodução, no âmbito partidário, dos mecanismos de discriminação e opressão de gênero da sociedade patriarcal, que mantém o espaço público para o homem.

Temos de denunciar a discriminação, a subordinação pessoal e a alienação pela prisão no espaço doméstico e integrar à esfera da política nova dimensão: a luta contra a opressão de gênero. As mulheres passaram a ser base sociopolítica importante para os partidos, no mínimo deixaram de ser ignoradas. Afinal de contas, as mulheres também votam.

Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, podemos relacionar o nome de um número expressivo de mulheres extraordinárias que no curso da história tiveram papel decisivo na luta heróica em defesa da mulher de todos os tempos, algumas com o sacrifício da própria vida.

As mulheres do Brasil e do mundo sempre estiveram presentes nas lutas pela paz, pela democracia e pela construção de uma nova sociedade. Foram predecessoras do movimento feminista que eclodiu no mundo como consequência da tomada de consciência, por parte da mulher, de seus direitos e de sua força, como resposta e expressão de amplas e profundas transformações. Essa história nos mostra que, além da conquista de direitos, há que mudar mentalidades para construir uma sociedade onde homens e mulheres possam usufruir as benesses da igualdade.

A luta por uma nova sociedade é obra da luta de homens e mulheres.

Parabéns a todas as homenageadas no dia de hoje. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Obrigada, Deputado Geraldo Resende.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, que com brilho preside nossa sessão solene em homenagem às mulheres do Brasil e, por que não dizer, do mundo; Sra. Mayada Bamie, Embaixadora da Palestina; Sra. Maria Laura, Ministra-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e, em especial, Sra. Verônica Calheiros, esposa do Presidente do Congresso Nacional, que abriu esta sessão mas precisou ausentar-se por razões de força maior. S.Exa. quis marcar sua ausência com a presença da esposa, Sra. Verônica. Esse fato é singular, por isso faço questão de ressaltar a presença da Sra. Verônica Calheiros e a demonstração do Presidente desta Casa de que é cômico de suas responsabilidades. S.Exa. saiu, mas deixou no seu lugar aquela que participa de todas as suas agruras e angústias.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras presentes, não sei se devo começar minha fala pela parte histórica, pois muitos já o fizeram. Sabemos do acontecimento ocorrido em Nove lorque, Estado Unidos, em 1857, quando uma tragédia serviu de motivo para a criação do Dia Internacional da Mulher: o sacrifício fatal de 129 mulheres, queimadas pela repressão policial numa fábrica, por ousarem reivindicar a redução da jornada de trabalho. Até hoje, diga-se de passagem, esse assunto é objeto de discussões intermináveis no Congresso Nacional.

Não sei se vale a pena recordar que no Brasil o ensino elementar só foi concedido às mulheres em 1827. Esse é um fato curioso. A Independência do Brasil foi proclamada em 1822, e as mulheres só tiveram direito ao ensino elementar 5 anos depois. Vale a pena lembrar esse fato, porque a história nos ajuda a compreender o presente para que possamos projetar o futuro.

Somente em 1920 os Estados Unidos da América do Norte instituíram o sufrágio feminino. No Brasil, poucos sabem que conquistamos o direito do sufrágio feminino em 1932, bem antes de países muito mais adiantados e desenvolvidos que o nosso, como a França e a Suíça, que só muito tempo depois reconheceram às mulheres o direito de votar.

Mas vale a pena lembrar que conquistamos isso em 1932 e, em 1933, houve eleições. Foram eleitos 204 Deputados e só 1 mulher, que todos conhecem e reverenciam, a Deputado paulista Carlota Pereira de Queiroz.

Na nossa América, as mulheres já estão começando a conquistar a Presidência da República. Lembro que Isabel Perón foi eleita em 1974 a primeira magistrada da Argentina.

Agora, permitam-me fazer referência ao Senado da República.

Estou falando algumas coisas que me parecem curiosas. Quando cheguei ao Senado, encontrei a Senadora Júnia Marise, ex-Governadora de Minas Gerais. E só aí tomei conhecimento, por incrível que pareça – cheguei aqui em 1995, eleito no pleito de 1994 – que a Senadora Júnia Marise foi a primeira Senadora eleita no Brasil. Ou seja, elegemos a primeira Senadora do Brasil em 1990. Faço questão de destacar esse fato.

Em 1988, por ocasião da Constituinte, instituíram o “*lobby* do batom”, para lutar por maior igualdade de direitos. Vale lembrar um fato curioso – aí em causa própria: quem deu esse direito, quem teve a felicidade de atender a essa reivindicação, e pouca gente sabe disso, fui eu, na condição de Relator. Na Câmara, a cota de participação de mulheres candidatas não havia passado. O Senado ficou repleto de Deputadas Federais que aqui compareceram para pressionar. E, naquele momento, só uma emenda de Relator poderia instituir a chamada cota das mulheres. Não tive a menor dúvida em atender àquela reivindicação, porque a achava justa.

Hoje, vejo as mulheres preponderando na Magistratura, no Ministério Público, na Secretaria de Segurança Pública; vejo um número cada vez maior de mulheres conquistando espaço no seio da sociedade brasileira; ao abrir um convite de formatura de qualquer atividade, vemos que as mulheres estão predominando.

Fico preocupado e quero manifestar essa preocupação: por que só na política esse número não tem aumentado? É por isso que a política não tem melhorado, porque precisa de mais mulheres no Poder Executivo e no Poder Legislativo.

Ao falar assim, homenageio minhas colegas do Senado da República. Não sei por que o tempo reservado está sendo tão curto, mas quero homenagear nossas Senadoras – nossa Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, a Senadora Heloísa Helena, a Senadora Ana Júlia e as outras que aqui não se encontram, dando-lhes o meu abraço. Rendo também minhas homenagens às Deputadas.

Quero falar um pouquinho do meu Estado, porque lá estamos ultrapassando a média nacional. Se menos de 10% das mulheres ocupam cargos eletivos neste País, em Mato Grosso do Sul esse percentual está ultrapassado, e precisamos fazer subir esse número ainda mais. Somos 78 Municípios e temos 10 Prefeitas, 10 VicePrefeitas, 2 Deputadas Estaduais e 105 Vereadoras.

Agora é hora de encerrar, e se é hora de encerrar, por que não falar de honra e orgulho? Deus me tem dado tanto e me deu o privilégio de ter uma filha que primeiramente, em Mato Grosso do Sul, foi eleita Deputada Estadual, com a maior votação do meu partido, para depois governar a cidade onde ela nasceu e eu também nasci, sendo hoje a Prefeita de Três Lagoas.

Quero homenagear, portanto, Mato Grosso do Sul e as mulheres do meu Estado, e pedir licença para deixar a modéstia de lado e fazer essa saudação, Senadora Serys, em nome da minha própria filha, desejando-lhe sucesso, como desejo sucesso na política.

Repito: as mulheres precisam ocupar mais espaço na política. As cotas dos partidos reservadas às mulheres não são ocupadas, por isso, insistimos para que venham exercer outras atividades. Venham para a política. Venham com o que a natureza lhes deu.

Vocês amam mais do que os homens, vocês são mais honestas do que os homens, vocês são mais dedicadas do que nós. Portanto, vamos, no mínimo, dividir essa tarefa meio a meio para ajudar o Brasil a ser menos desigual e mais justo. Isso está na mão das mulheres.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, informo que está nos ouvindo e saudando a Sra. Piveni Piassi, uma paranaense que aos 76 anos resolveu ser artista plástica e que hoje, aos 84, é reconhecida em seu Estado.

Aproveito o ensejo para parabenizar as brilhantes jornalistas que ontem receberam o troféu Imprensa em São Paulo.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT)– Com a palavra o Sr. Deputado Renato Cozzolino.

O SR. RENATO COZZOLINO (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, autoridades e todos os que nos assistem nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, estou convencido de que o primeiro passo a ser dado é o do reconhecimento da importância e do verdadeiro papel da mulher na sociedade brasileira.

Findo o século XX, mesmo com as conquistas das mulheres e as conseqüentes transformações nas relações de gênero, é fácil constatar que esse progresso tem sido heterogêneo. Nosso anseio é pelo fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, bem como nos processos de decisão e de acesso ao poder. Não vejo de outra forma. Essa meta é condição fundamental para alcance do desenvolvimento pleno em nosso País.

Sra. Presidenta, aqui no Congresso Nacional já percebemos claramente um avanço nesse sentido. Temos uma expressiva bancada feminina formada por mulheres cada vez mais conscientes e sintonizadas com a luta pelo enfrentamento das discriminações, das desigualdades e das exclusões. Assim, ao parabenizá-las, parabenizo a todas as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher.

Ilustres Sras. e Srs. Congressistas, a Constituição Federal, promulgada em 1988, foi o grande marco legislativo no que tange às relações de gênero e às responsabilidades do Estado para com essas questões. Foi a partir daí que se sedimentou a igualdade entre homens e mulheres na sociedade, ao se incorporarem novos direitos, como o acesso ao planejamento familiar, a proteção contra a violência nas relações domésticas, o reconhecimento da união estável e a não discriminação de filhos gerados fora do casamento.

Até então as conquistas eram parciais e fragmentadas, a exemplo do reconhecimento do direito de voto no Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934; do Estatuto da Mulher Casada, de 1962; e da Lei do Divórcio, de 1977.

Hoje, inúmeros direitos e dispositivos constitucionais são regulamentados, a exemplo da Lei do Planejamento Familiar (1996/1997), da Lei da União Estável (1996), das Cotas na Política (1995/1997), da Proteção ao Trabalho da Mulher (1995/1999), da Lei contra o Assédio Sexual (2001).

Ao acompanhar essa luta travada há décadas pelas mulheres e entidades aqui representadas, questionei-me acerca da necessidade do Estatuto da Mulher. Então, Sra. Presidenta, eu, Deputado Renato Cozzolino, decidi apresentar o projeto de lei que cria o Estatuto da Mulher por ensejar uma discussão preliminar – sim, uma discussão preliminar – da utilidade de um estatuto que consolide os principais objetivos da luta por todos travada e defina prioridades e prazos para alcançá-los.

O Estatuto da Mulher não é um instrumento acabado. Seria pretensioso de minha parte. Certamente, o Estatuto da Mulher será aperfeiçoado, alterado, no que for necessário. E não tenho dúvida de que a maior legitimidade – sim, a maior legitimidade – para tal vem exatamente das mulheres e entidades que construíram essa luta.

O Projeto de Lei nº 1.399, de 2003 (Estatuto da Mulher), é o corpo no qual poderão se materializar, com conhecimento coletivo e de forma abrangente, as metas que pretendemos alcançar.

O projeto de lei do Estatuto da Mulher situa-se em 2 vertentes: a regulamentação de direitos individuais e coletivos e a regulamentação das responsabilidades do Estado na prestação dos serviços públicos e no atendimento aos interesses e necessidade das mulheres.

O Estatuto da Mulher pode parecer tão absurdo. Mas houve tempo em que também era absurdo falar em Consolidação das Leis do Trabalho. O ideal é que o Estatuto tenha um prazo de validade até alcançarmos o estágio em que a cultura, os costumes e a leis sejam realmente iguais para todos.

Portanto, Sra. Presidenta, peço a atenção deste Congresso Nacional para a tramitação do Estatuto da Mulher, pois é consenso serem indispensáveis a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas e programas efetivos do enfoque de gênero, incluindo-se políticas de desenvolvimento e programas que em todos os níveis busquem o fortalecimento e o avanço das mulheres. E considerando que nossa sociedade só poderá ser construída realmente com a participação e a responsabilidade de todos – mulheres e homens, sem exceção.

Muitos escritores e compositores já tentaram alcançar e definir alguma palavra para as mulheres. Na crônica *Mulheres*, de Luiz Fernando Veríssimo, podemos ler: “*Elas não são humanas; são anjos*”. Podemos também buscar alguns compositores e cantores, a exemplo de Benito de Paula, que cantava: “*Mulher brasileira em primeiro lugar*”.

Quero aqui prestar, em nome do meu partido, o PDT, uma homenagem às mulheres brasileiras, a

todas essas mulheres que, numa palavra solta pela vida, podemos dizer: essas mulheres, verdadeiras mulheres que nos dão o primeiro lar, o primeiro colo, o primeiro alimento no seio materno e que têm no ombro a vida toda para sustentar a sociedade e a família brasileira.

Parabéns, mulheres brasileiras! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT)– Concedo a palavra à nobre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko; autoridades que compõem a Mesa; Senadoras; Deputadas; companheiras e companheiros presentes a esta solenidade, inicialmente, quero dizer da minha alegria de estar participando desta sessão alusiva ao Dia Internacional da Mulher.

Quero fazer apelos que fiz em sessão de ontem na Câmara dos Deputados. Primeiro, para que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apressem o processo de votação do Projeto de Lei nº 4.559, que trata de coibir a violência doméstica, moral e patrimonial que se abate sobre nós, mulheres. Isso é urgente.

Ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, disse que a violência contra as mulheres se torna cada dia mais cotidiana e mais cruel. No mês passado, tivemos 44 mulheres assassinadas em Pernambuco, o que motivou a criação de uma Comissão Especial por parte da Câmara dos Deputados.

No meu Estado do Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2005, 45 mulheres foram assassinadas de forma covarde, na maioria das vezes, por maridos ou ex-maridos.

Portanto, deixo meu apelo ao Congresso Nacional no sentido de que faça com que tenhamos uma legislação mais dura, mais rigorosa.

O PL nº 4.559, na verdade, visa criar um sistema de proteção da mulher. E mais uma vez digo: isso é para ontem.

Espero realmente que ainda neste mês de março possamos aprová-lo tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O segundo apelo, Sra. Presidenta, é relativo ao FUNDEB. Sei do empenho que está havendo aqui por parte de todas as Senadoras, independentemente de questão partidária ou divergência ideológica. Na condição de professora do 1º e 2º graus, quero dizer da angústia do País inteiro no que diz respeito à aprovação do FUNDEB.

Lamentavelmente, o Senador Relator da PEC já a reteve por quase 30 dias. Os professores estão tendo prejuízo com isso.

Uma das melhores formas de o Congresso Nacional homenagear as mulheres é aprovar essa PEC o quanto antes. Por quê? Porque conseguimos incluir nela o ensino infantil, a creche.

Isso é importante principalmente para as mulheres trabalhadoras e de baixa renda.

Aqui fica nosso apelo.

Sra. Presidenta, quero saudar todas as homenageadas na pessoa de Elizabeth, de quem sou conterrânea. Nasci lá no chão paraibano, na cidade de Nova Palmeira, no sertão, e fui para o Rio Grande do Norte, que me acolheu. Hoje, tenho a honra de ser Deputada na Câmara representando esse Estado. Coincidentemente, o Rio Grande do Norte acolheu também Elizabeth Teixeira, na cidade de São Rafael, com o codinome de Marta devido a toda a repressão da época.

Saúdo Elizabeth, Valquíria, do Centro 8 de Março, em João Pessoa, dizendo que mulheres como elas, como Margarida, servem até hoje de lição de vida, de inspiração.

Quando se diz que cada um tem o seu destino, isso é verdade. O de Elizabeth foi continuar a luta de João Pedro pelo direito de ter terra para trabalhar e criar os filhos com comida na mesa.

Inspiro-me na sua história de vida para continuar essa luta, com dedicação militante, com esse amor pelo Brasil, convencida de que vamos chegar lá, Elizabeth, para realizar a reforma agrária e fazer deste Brasil uma sociedade calcada na solidariedade, na igualdade, na justiça social e na paz. Obrigada por você existir e por todas as lições que tem dado a nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT)– Obrigada, Deputada Fátima Bezerra.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, na oportunidade deste Dia Internacional da Mulher, queremos saudar a todas as mulheres de nosso País: as que estão aqui presentes, as que estão nos ouvindo, as que vivem no espaço privado, assegurando as tarefas cotidianas de educação e sobrevivência da família, e as que se encontram no espaço público, no exercício de atividades profissionais, ou atuando no campo da política. Além de cumprimentá-las pela firmeza com que enfrentam tarefas e ultrapassam obstáculos, no mundo privado e no mundo público, queremos lançar um grito de horror e protesto diante da crônica violência que se abate contra as mulheres.

Os dados são estarrecedores: do início do ano até o dia 10 de fevereiro, 44 mulheres foram assassinadas em Pernambuco, um aumento de 32% em relação ao mesmo período de 2005. O Observatório da

Violência Contra a Mulher informa que entre 2002 e 2004 houve 528 homicídios de mulheres, apenas naquele Estado. A média para o mês de janeiro de 2006 foi de 1,2 mulher assassinada por dia, ou seja, em 38 dias, 44 mulheres foram assassinadas, a maioria na região metropolitana de Recife. A gravidade da situação levou o Fórum de Mulheres a mobilizar manifestantes numa vigília no centro da capital e esta Casa a formar uma Comissão de Parlamentares para se deslocar até Pernambuco e buscar compreender as razões desse quadro aterrador.

É consenso entre os órgãos governamentais e não-governamentais que o número de casos divulgados está subnotificado. Estima-se que eles englobam apenas 40% dos registros investigados pelo Observatório, que contabiliza o assassinato de 1.230 Mulheres no Estado desde 2002. Desse total, 66% das mortes ocorreram na Região Metropolitana de Recife, 14% no Agreste, 9% no Sertão e 11% na Zona da Mata. Ou seja, a violência é praticada tanto nos espaços urbanos, como na zona rural.

Sra. Presidenta, não é correta a suposição de que a violência se concentre nos estratos mais desprivilegiados da população: ela atravessa classes sociais, grau de escolaridade, faixa etária e localização geográfica. Poderíamos supor que a barbárie se situasse no Nordeste, como ecos do patriarcado rural. Mas ela se espalha pelas regiões mais desenvolvidas do País. Em Santa Catarina, neste ano já foram assassinadas 30 mulheres, em crimes sempre caracterizados pela barbárie e pelo sangue frio. Uma das vítimas, Andrea Cristina Lessa, tinha apenas 14 anos, e foi morta com requintes de crueldade por terminar um namoro. Em Campinas, São Paulo, na semana passada, um grande empresário assassinou de uma só vez a exmulher, a cunhada e a sobrinha.

Levantamento parcial da Secretaria Estadual de Mulheres do PT mostra que 45 mulheres foram assassinadas em 2005 no Rio Grande do Norte. Numa reafirmação da banalização da vida, a maioria dos crimes foram cometidos por companheiros, ex-companheiros ou namorados das vítimas, motivados por ciúmes, ou inconformação diante da separação ou fim do namoro.

Vejamos o resumo trágico: Shirlene foi assassinada pelo marido em Luiz Gomes, Rio Grande do Norte, por ter cortado os cabelos. Passou por 3 cirurgias no hospital Walfredo Gurgel, ficou 23 dias em coma e faleceu. Outras vítimas: Evilma (51 anos), Aparecida, Josimária (23), Marineide, Kaliane, Fátima (36, assassinada e esquartejada pelo ex-marido), Lucineide, Simone (30), Lourdes, Socorro (32), Joana D'arc (45), Vânia, Nara, Francisca, Shirlene, Fátima Silva, Fran-

ceilma (morta a golpes de chibanca pelo noivo) Érika (22), Genilda (68), Iracema, Andréa (22), Iraneide (35), Maria das Dores (16), Damiana (31), Maria José, Aparecida (20), Maria Ilda (22), Zélia, Kadja, Josineide (18), Vandira (64), Antônia, Alice (16), Marise, Maria das Graças (59), Sônia (44, levou um tiro, perdeu um olho, mas sobreviveu) e pelo menos mais 4 mulheres de quem não foi possível obter os nomes.

No início do mandato, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, para estabelecer políticas públicas voltadas para a melhoria da vida das mulheres. A SPM desenvolve ações conjuntas com Ministérios e Secretarias Especiais, incorporando as especificidades das mulheres às políticas públicas de modo a estabelecer condições para sua plena cidadania. Com uma trajetória transversal em todo o Governo Federal, estabelecendo parcerias com as instâncias governamentais, a SPM busca enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

O Governo Federal vem efetivando seu compromisso para com a melhoria na situação das mulheres através de outras ações e financiamentos voltados para elas, alguns dos quais citaremos a seguir. Atualmente, o Rio Grande do Norte está em primeiro lugar entre os Estados da Região, recebendo aplicações de recursos na ordem de R\$3 milhões.

A Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário – DFDA vem atuando na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia. Esse programa promove a discussão de políticas de promoção de igualdade, junto a mulheres trabalhadoras rurais, comunidades quilombolas e populações indígenas.

Por outro lado, em nosso Estado, uma das mais marcantes particularidades da bolsa-família é a presença feminina no programa. O levantamento preliminar do perfil das famílias que recebem o auxílio mostra que 91% dos domicílios têm a mulher como representante legal. É o nome delas que vai impresso no cartão. Atualmente, o Rio Grande do Norte recebe mais de R\$14 milhões, que beneficiam 214.100 famílias.

Com o tema *Ter documento é um direito. Toda mulher quer respeito*, esse programa está garantido cidadania à mulher trabalhadora rural e preservando seus direitos sociais e econômicos, a partir do acesso aos direitos civis e trabalhistas. A ação do Governo Federal é executada em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA.

Sra. Presidenta, essas ações vêm ajudando na construção da cidadania das mulheres rurais, ao lhes fornecer as condições para exercer sua autonomia. Sabemos que não são suficientes para deter a violência doméstica,

mas associadas a outras ações podem atuar no sentido de prover alguma segurança para as mulheres.

Outros tipos de ação voltadas diretamente para prover a segurança das mulheres também são importantes. Como exemplo, citamos a criação do SOS Mulher, em nosso Estado, quando exercíamos o mandato de Deputada Estadual. Trata-se de um serviço de disque-denúncia. O SOS Mulher pode ser acionado gratuitamente por mulheres em risco de violência, de qualquer localidade do Estado.

Atualmente está em tramitação o Projeto de Lei 4.559/04, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica, moral e patrimonial contra a mulher. Ele define como a polícia deve portar-se frente às denúncias de agressões e prevê ações conjuntas entre os Poderes Públicos e as ONGs para proteger as mulheres. Mas sabemos que a lei, embora importante, é insuficiente. O combate à violência, especialmente praticada por atuais ou ex-parceiros, enquadra-se no campo da cultura, e alimenta-se das noções de posse e de submissão, reforçadas cotidianamente pelas novelas e pelo refrão de que em briga de marido com mulher ninguém põe a colher.

O assassinato de cada uma dessas mulheres deve ser sempre lembrado. Algumas ainda adolescentes, outras já avós, gerações distintas, mas todas vítimas da idéia obtusa de que a mulher é propriedade de seu parceiro. Que a sociedade reflita sobre esses crimes e sobre o que cada um e cada uma de nós podemos fazer para dar um basta ao massacre das mulheres.

Mudanças nesse quadro requerem ações conjuntas dos Poderes Públicos e da sociedade. É urgente que as escolas incorporem a discussão de noções de igualdade de gêneros e de respeito e tolerância diante das diferenças. A matança de mulheres não deve ser combatida apenas no plano das políticas governamentais ou dos movimentos de mulheres, mas deve ser uma preocupação de todos e todas que queremos uma sociedade baseada na solidariedade, na paz e na justiça social.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shhessarenko.PT-MT)– Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, e logo após a Deputada Sandra Rosado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL-AL. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta Senadora Serys Shhessarenko, autoridades da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares presentes no plenário, queridas mulheres aqui presentes, para mim esta é uma sessão marcada por uma alegria muito especial. Apesar de haver pouco a comemorar, é sempre motivo de alegria dizer isto para quem quiser e para quem não quiser ouvir: viva a maravilhosa experiência de ser mulher!

Abraço com muito carinho as funcionárias desta Casa, as Parlamentares, as mulheres de bem e de paz que conseguem, Laura, colar cada um dos pedacinhos da sua alma, que é destruída todos os dias por uma sociedade que impõe uma perversa hierarquia entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros. E nós somos parte dessa experiência. Não somos mulheres filhinhas de família tradicional, não somos casadas com homens famosos e poderosos. Nós somos as mulheres que conseguem desbravar caminhos no mundo todos os dias, engolindo nossos medos, escondendo nossas fraquezas, dizendo sim à vida em plenitude e não a qualquer forma de cárcere da alma, de senzala da alma.

Nós aprendemos com todas essas mulheres homenageadas, querida Deputada Fátima Bezerra – de Elizabeth, Raimunda, Kátia, Geraldina, Rosmary, Jupyra, a Cora Coralina, Rita Lee e, enfim, as Marias, as muitas Marias deste Brasil. Aprendemos com as mulheres que souberam desafiar o moralismo farisaico e amar outras mulheres, com as mulheres que souberam desafiar o velho e falso livrinho moralista que ousa estabelecer uma única forma de amar, com essas mulheres tão maravilhosas que souberam dizer não aos casamentos de mentira e de fachada quando sabiam que já haviam perdido o coração dos seus homens, ou que não queriam submeter-se às prisões dos casamentos de mentira e de fachada, querida Senadora Serys.

E, ao homenagear especialmente as mulheres de Alagoas, homenageio as indígenas de todos os povos: Xucuru-Kariri, Tingui-Botó, Karapotó, Aconã, Jerinpako, Karuazu, Catokiná, Kallancó, Kotianka, Kariri-xocó, Wassu-cocal, todas essas mulheres guerreiras. Quero homenagear também todas as negras herdeiras de Dandara, de Acotirene, da República dos Palmares, da minha querida Alagoas. Quero homenagear as japonesas, as judias, as palestinas, as árabes, as africanas, enfim, todas as mulheres.

A cada dia que lutamos aqui, não estamos fazendo nada de mais, porque ato heróico pessoal não há em lutar por dias melhores para as mulheres. O que estamos fazendo é honrar a memória de muitas outras mulheres que lutaram muito mais do que nós, honrar a luta da vida cotidiana de várias mulheres que batalham muito mais do que nós, como as mulheres de rua, que muitas vezes são usadas de forma terrível e perversa.

Quero fazer uma justa homenagem às muitas mulheres usadas na “república do mensalão”, que foram humilhadas, açoitadas, compradas em orgias sexuais com dinheiro público roubado, essas mulheres, essas pobres meninhas que vendem o corpo por um prato de comida ou pela pretensão de ter um futuro digno, querida companheira Deputada Laura.

Quero homenagear todas essas mulheres, e, de forma muito especial, peço licença às duas queridas Parlamentares e a todas as batalhadoras para fazer uma homenagem especial a duas mulheres: a querida companheira Maria Ivone, a quem tenho a honra de ter como minha suplente, embora não seja do meu partido nem comungue com muitas das minhas idéias. Ela é Presidenta do Partido Comunista do Brasil, e é uma das mulheres mais belas, mais maravilhosas com que a vida já nos proporcionou conviver. Venceu a ditadura, venceu a tortura, venceu o assassinato do seu marido e venceu um câncer, há poucos dias. A essa grande guerreira, minha querida companheira Maria Ivone, rendo minha homenagem.

E da mesma forma homenageio as missionárias, todas elas, evangélicas, católicas, espíritas, que tratam os filhos da humanidade como se seus filhos fossem.

Homenageio minha querida companheira Senadora Patrícia Saboya Gomes, que, depois de ter tido 3 filhos, há pouco fez um dos mais belos gestos, adotando uma menininha, nossa querida Beatriz.

Ao homenagear essas mulheres, Sra. Presidenta, homenageio também todas as que abandonaram seus filhos, elas mesmas abandonadas. Informam as frias estatísticas oficiais que um dia uma menininha é jogada na lixeira, no outro dia outra menininha é atirada num córrego, no dia seguinte uma é deixada na porta de um hospital, no outro uma é sufocada. Vejam que as mães dessas meninas também foram abandonadas, ao ponto de esta sociedade injusta arrancar-lhes o que tinham de mais belo: o coração de mãe, que não tem nada de desnaturado. Estamos diante de mulheres abandonadas por uma sociedade perversa, falsamente moralista, mas outras tantas mulheres estão por aí para acolher as Beatrizes, as Marias, as Joanas.

Querida Senadora Patrícia, V.Exa é uma lutadora, como a Senadora Serys Slhessarenko, a Deputada Laura Carneiro, a companheira Maria Laura, que também foi Deputada, a Deputada Fátima Bezerra e todas as outras Deputadas e Senadoras guerreiras, lutadoras.

Volto a dizer: precisamos fazer um mea-culpa. Às vezes passamos aos nossos meninos a seguinte lógica: menino manda, menina obedece. Às vezes atacamos com língua ferina, chula e maldosa outras mulheres, por inveja, por ciúme. Conseguimos ser ainda piores do que os machistas que nos consideram eternas subservientes.

Viva a maravilhosa experiência de ser mulher, e mulher livre! Ninguém nos tirará a liberdade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Obrigada, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT-RN. Sem revisão do orador.) – Ilustres convidadas, na pessoas das Senadoras Serys Slhessarenko, Presidenta desta sessão, Patrícia Saboya Gomes e Heloísa Helena, brilhantes e competentes representantes da mulher no Senado Federal, prestamos a nossa homenagem a todas as mulheres do Brasil.

Neste ato de homenagem temos a oportunidade de reavivar questões importantes que não devem jamais ficar subjacentes, e sim, especialmente em momentos como este, devem sempre emergir, possibilitando que vislumbremos novos caminhos para o alcance dos objetivos propugnados na luta da mulher pelo pleno exercício da cidadania em todas as camadas da sociedade brasileira.

Em plena semana de comemoração do dia internacionalmente consagrado à mulher, é com consternação que tomamos conhecimento de um informe da Anistia Internacional segundo o qual aproximadamente 36 países ainda abrigam leis discriminadoras das mulheres.

“A discriminação está presente na cultura e na religião, mas também no marco jurídico do próprio Estado sobre aspectos familiares, econômicos, trabalhistas e de outras naturezas”, ressalta o informe da Anistia.

A violência contra as mulheres alimenta-se da discriminação e reforça-a.

Vale ressaltar que após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o direito fundamental que proíbe a discriminação foi firmado em tratados internacionais por muitos países, que passaram a incluir a determinação em suas Constituições nacionais.

A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, adotada em 1979, e seu protocolo facultativo continuam sendo os únicos tratados internacionais dedicados especificamente aos direitos das mulheres.

Passados quase 25 anos da entrada em vigor dessa Convenção das Nações Unidas, que aconteceu em 3 de setembro de 1981, é ultrajante e rigorosamente inconcebível que ainda existam leis discriminatórias no ordenamento jurídico de muitos países.

A Convenção foi assinada por 182 países, mas apenas os Estados Unidos não ratificaram o documento. Países como Qatar, Somália e Sudão sequer assinaram o protocolo da Convenção.

O estudo da Anistia mostra que, mesmo que alguns países adotem em seus códigos leis que estabeleçam o princípio da igualdade dos sexos, a forma de

aplicá-las, a distribuição inadequada de recursos e a ausência de distinção entre seus efeitos entre homens e mulheres “*conduzem a uma discriminação de fato, pela qual os Estados são responsáveis*”.

Os tipos de legislação discriminatória que determinaram a inclusão na lista da Anistia Internacional são variados. Em Camarões, por exemplo, é o marido que decide se a mulher pode ou não trabalhar fora de casa. No Chile, o marido é o titular da custódia conjunta dos bens do casal. Já na Índia, o estupro dentro do casamento não é considerado crime. Na Arábia Saudita, não se permite que pessoas do sexo feminino votem. Na Nigéria, a violência doméstica fica impune. São marcos legais inaceitáveis e hediondos.

Nesse contexto, solicito o registro nos Anais da Casa da íntegra do estudo produzido pela Seção Espanhola da Anistia Internacional, cujos dados foram mencionados neste breve pronunciamento.

“Quem quer que seja, de algum modo, um poeta sabe muito bem quão mais fácil é escrever um bom poema (se os bons poemas se acham ao alcance do homem) a respeito de uma mulher que lhe interessa muito do que a respeito de uma mulher pela qual está profundamente apaixonado. A melhor espécie de poema de amor é, em geral, escrita a respeito de uma mulher abstrata.”

O texto é de Fernando Pessoa, em *Emoção e Poesia*.

Com a devida licença poética, quero reverenciar a mulher brasileira, em especial aquela que trabalha diariamente no anonimato do lar e todas as outras que estão incorporadas ao mercado de trabalho em nosso País, assim como as que tentam de todas as formas inserir-se nele e não conseguem espaço.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras. (*Palmas.*)

(*O estudo a que se refere o Senador Alvaro Dias encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme Memorando nº 024/2006, emitido pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Tem a palavra a Sra. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, senhoras e senhores convidados, neste momento de reflexão, quando todos já se pronunciaram – devo ser uma das últimas, em razão de ter participado de uma audiên-

cia com o Presidente Renan Calheiros para discutir o FUNDEB, que é uma luta de todos os homens e mulheres de bem para melhorar e avançar na educação -, quero também prestar aqui minha homenagem a todas as mulheres.

Sabemos que o projeto do FUNDEB pode realmente conter algumas dificuldades e problemas, mas com muito esforço conseguimos aprová-lo, na Câmara dos Deputados, para que esses recursos pudessem urgentemente ser repassado a todas as crianças brasileiras. Foi uma vitória incluir o atendimento das crianças de até 3 anos de idade, nas creches, como sendo também uma responsabilidade e uma obrigação do FUNDEB, e portanto de cada um de nós.

Agradeço de todo coração à Senadora Heloísa Helena pelo carinho e pela forma como acompanhou todo o processo, em que tive a felicidade ainda maior de ter mais uma filha, tão querida, tão amada, que foi um presente de Deus em minha vida. Algumas pessoas dizem que quando se adota uma criança se está fazendo um bem à criança. Na verdade, são as crianças que fazem um bem enorme a cada um de nós. Se eu já era feliz, hoje posso dizer que estou vivendo na plenitude do amor, da alegria e da felicidade.

É muito bom poder compartilhar isso com tantas outras mulheres companheiras de luta, de coragem, de determinação, tantas e tantas mulheres anônimas, tantas e tantas mulheres donas de casa, trabalhadoras que no dia-a-dia de suas vidas, nas suas pelejas, sofrem dificuldades para alimentar seus filhos, que sabem o que é a dor da fome. Sofrem porque não têm casa, não têm um teto para morar. Sofrem porque não têm um trabalho para manter suas famílias com dignidade. Sofrem também com a violência, que é inaceitável em nossa sociedade.

Não podemos permitir que essa perversidade ainda aconteça, que ainda seja necessário virmos aqui para denunciá-la, que tenhamos de apelar para os homens, no sentido de que nos respeitem, a todas nós mulheres.

Como bem disse a Senadora Serys Slhessarenko – e, com a autorização de S.Exa., comento isso em todos os lugares por onde passo -, numa sociedade em que 52% somos mulheres e os outros 48% são os nossos filhos, está mais do que na hora de se respeitar a mulher.

Aliás, sou autora de um projeto para prorrogar a licença maternidade de 4 para 6 meses. O fortalecimento dos laços afetivos da mãe com a criança é essencial para o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança, para que ela cresça com felicidade.

Nesta homenagem a tantas mulheres que se destacaram por sua fibra e por sua coragem, trago meu abraço

muito especial a todas as mulheres brasileiras pela luta, pela disposição, pela garra e pela coragem de enfrentar tantos obstáculos e desafios, e ainda pela capacidade de ser mulher, como disse a Senadora Heloísa Helena, em plenitude, de viver altivamente mesmo diante das mazelas, dos desgostos e muitas vezes da falta de amor.

Nós, mulheres, continuaremos a lutar para cada vez mais conquistar nosso espaço na sociedade. O amor é uma dádiva que certamente temos de sobra para oferecer.

Deixo, portanto, a todas as mulheres o meu desejo de felicidade e muito amor. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shhessarenko.PT-MT)– Muito obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que sempre tem lutado em prol de nossas crianças. Aproveito para parabenizar V.Exa. pela chegada de mais uma filha.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Sem revisão do orador.) – Prezada amiga e colega Presidenta Serys Shhessarenko, nesta homenagem passo em revista a bravura da Senadora Heloísa Helena, a ternura da Senadora Patrícia Gomes, o trabalho tão apreciável no campo social da Senadora Lúcia Vânia e as vitoriosas carreiras das Senadoras Fátima Cleide, Roseana Sarney, Ana Júlia Carepa, Maria do Carmo Alves e Ideli Salvatti.

De forma muito comovida, presto homenagem à Yawanawa Raimunda Putani e a sua irmã Hushahu, a Geraldina Pereira de Oliveira, a Rosmary Corrêa, à pioneira Delegada Rose, minha querida companheira, a Elizabeth Altino Teixeira, a Jupyra Barbosa Ghedini, à minha querida amiga Verônica Calheiros, à ilustre Embaixadora Mayada Bamie, da Palestina, e à minha prezada amiga e colega de Congresso Nacional, Secretária-Adjunta da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Laura.

Senadora Heloísa Helena, eu, que me ponho sempre de acordo com o nosso Senador Ramez Tebet, desta vez faço uma correção: a primeira Senadora não foi Júnia Marise, excepcional Parlamentar, minha colega de Câmara dos Deputados nos tempos ainda de combate ao regime autoritário, mas sim uma conterrânea minha muito ilustre, a Senadora Eunice Michiles, a quem também homenageio por este dia.

Minha prezada Laura Carneiro, que tem toda uma tradição de decência em sua vida, herdada de seu pai, que foi, mais do que ninguém, um defensor das mulheres, com incrível lucidez, ao ponto de optar mesmo pela mulher toda vez que havia divergência de opinião. Nelson Carneiro é um homem inesquecível, e V.Exa. uma grande Parlamentar.

Nesta sessão em que o Senado Federal comemora o Dia Internacional da Mulher, saúdo e aplaudo a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, que ontem promoveu a Grande Marcha Nacional de Aposentados e Pensionistas, bem como a II Marcha Nacional das Donas de Casa, aqui em Brasília. Movimentos como esse estão multiplicando-se no País, refletindo naturalmente o descontentamento de nossa população diante de desacertos governamentais.

No Brasil de hoje vivem mal os aposentados, e têm vivido bem os que especulam com o dinheiro.

Faz pouco tempo a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios foram tomadas pelos agricultores, que, embora representem o setor de maior êxito no País, estão endividados e relegados à própria sorte.

A Marcha dos Aposentados, repito, realizou-se conjuntamente com a II Marcha Nacional das Donas de Casa. Esse segmento luta bravamente por seus direitos, assegurados pela Constituição, inclusive pela recente reforma tributária. Elas reivindicam, entre outros itens, a regulamentação, que é legítima, dos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição, que assegura a aposentadoria das donas de casa. Essa bandeira, creio, está próxima de se tornar realidade, pelo que felicito as donas de casa de todo o Brasil.

As mulheres desfrutam, na sua luta pela emancipação e pela igualdade, de *status* diferentes a depender do continente, do país, da latitude econômica e da perspectiva social atingida pelo avanço civilizatório de determinado povo. Por exemplo, na Nigéria houve uma luta, que começou no governo passado e passou para o atual, luta essa que também é do Governo brasileiro, para que não fosse condenada à morte uma mulher que cometeu o crime de ter sido estuprada por um tio. O tio tinha lá o direito de estuprá-la! Ela cometeu o crime de ser estuprada!

Politicamente, verificamos nitidamente o crescimento das mulheres no País, e anseio pelo dia, prezada Senadora Heloísa Helena, em que nós não comemoemos mais o Dia Internacional da Mulher como se fosse algo excepcional a mulher crescer, a mulher dirigir um país. Hoje elas já dirigem o Brasil setorialmente; amanhã – quem sabe? – poderão dirigi-lo globalmente.

A verdadeira igualdade estará posta no dia em que nós não tivermos mais necessidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher, assim como nós não precisamos comemorar o dia internacional do homem, já que ele está no comando do sistema financeiro, das grandes empresas, além de deter o comando político essencial. Ou seja, o simples fato de que comemoamos

o Dia Internacional da Mulher é um reconhecimento de que muito tem que ser feito no caminho da verdadeira emancipação. Mas o passo está sendo dado.

Enquanto não se completa o caminho, é essencial haver homens e mulheres de espírito democrático, unidos na defesa de horizontes mais justos para a mulher. Quando isso acontecer, sei que estaremos beneficiando também, com toda a certeza, todos os segmentos injustiçados de uma sociedade que tem sido injustiçada do mesmo jeito que a mulher.

Sra. Presidenta, agradeço muito e faço, de coração, uma homenagem a uma mulher excepcional, que é minha mãe. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Obrigada, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno, registro a seguinte informação que nos foi passada pela Senadora Heloísa Helena: hoje, dia 9 de março de 2006, está sendo julgado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal um rapaz que teria matado a namorada, Grasiela, em sua casa, pela simples razão de estar grávida.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko.PT-MT)– Concedo a palavra ao nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno.

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nobres, dignas e honradas componentes da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, demais senhoras e senhores, a mulher, no decorrer do desenvolvimento da história da humanidade, sempre teve um papel marcante e decisivo.

Quantas vezes a nossa história esteve nas mãos de mulheres, tais como Anita Garibaldi, Irmã Dulce, Ana Néri e Maria Ester Bueno? Sem contar que todos nós viemos ao mundo graças a um “sim” amoroso de uma mulher mãe. Os grandes homens e as grandes obras tiveram início em uma mulher. O próprio Deus quis nascer de uma mulher, na pessoa de Jesus Cristo.

Chegamos a um momento em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, adquirindo no mundo influência, alcance e poder jamais presenciados. Mas falta muito ainda por conquistar, pois não podemos deixar de recordar, antes de tudo, o grande número de mulheres que sofrem discriminação, que são excluídas, que vivem em condições desumanas, que lutam por emprego digno e que, na falta de oportunidades, chegam ao ponto de vender seu próprio corpo, destruindo sua dignidade; mulheres que, desamparadas pelos pais, pelos maridos e pela sociedade, abrem mão de seus filhos ainda no ventre, praticando aborto.

A mesma mulher que cresceu e ajudou a sociedade a alcançar grandes resultados não pode permitir que esse desenvolvimento sepulte sua dignidade. Da mulher trazemos, dentro de nós, uma imagem materna, amiga, amorosa, e certamente não queremos trocá-la pela pseudo-imagem que alguns grupos, também pseudofeministas, financiados por grupos internacionais, tentam vender-nos – uma imagem que é pervertida, sombria, degradada, em que tudo é permitido à mulher, até mesmo crimes justificados pela preservação de sua plena estética pessoal.

A atual figura feminina não se desenvolverá nem será mais livre pela aprovação do aborto. Em definitivo, nada que diminua a pura beleza da sua dignidade acrescentará algo à sua pessoa.

Sem dúvida, o desenvolvimento que ignorar a dignidade inata das mulheres e particularmente a contribuição especial que elas oferecem nos seus lares, reduzilas-á a meros instrumentos de índole econômica.

A inserção do ser humano no centro das nossas solicitudes com vistas ao desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do papel singular que as mulheres estão desempenhando só poderão tornar-se realidade por meio da valorização e do respeito pela dignidade natural.

Srs. Parlamentares, sejamos justos, reconhecendo que somos responsáveis, em grande parte, por essa situação que pesa como um fardo nos ombros de nossas mulheres, no Brasil e no mundo.

Em nome do PRONA e do nosso Líder nacional, Dr. Enéas, parabenizamos tantas outras mulheres anônimas e famosas, todas obras singulares de Deus, participantes da maravilhosa obra da criação, todas portas da vida. Mulheres mães, crianças, adolescentes, jovens, esposas e vovós, todas heroínas em seus lares, em suas famílias.

Parabéns às mulheres do Brasil, parabéns às mães e às famílias brasileiras.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Elimar Máximo Damasceno, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho.PDT-RR)– O Sr. Senador Papaléo Paes, enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro signatário do Regimento Comum.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB-AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, reza a Constituição da República Fede-

rativa do Brasil, no *caput* do seu art. 5º, que todos são iguais perante a lei. E o Constituinte, para não deixar margem a dúvidas, avança em direção ao recorte de gênero quando torna ainda mais explícito, no inciso I do referido artigo, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Carta Magna.

Todavia, embora seja mister reconhecer sua importância, sabemos que a luta das mulheres por equidade não se esgota na dimensão legal. Ocorre que todo um mosaico social, cultural, religioso e econômico foi erigido, ao longo dos séculos, para distinguir os gêneros, sobrepondo-os, artificialmente, em uma escala de valor que, pouco a pouco, se foi “naturalizando” – de modo a esconder a sua construção arbitrária e inaceitável.

Não é fácil, portanto, para as mulheres, deparar em seu cotidiano com estruturas de poder tipicamente masculinas e fazer valer cada um de seus direitos. Não faz uma semana, por exemplo, a União Interparlamentar (UIP), organização de fomento à cooperação entre as Câmaras Nacionais de mais de 140 países, publicou uma lista sobre a porcentagem de mulheres nas Câmaras de Deputados de 187 nações no globo. Pois não é que o Brasil apareceu num modestíssimo centésimo sétimo lugar, com apenas 8,6% de mulheres entre os parlamentares?

Não são tranquilos e justos os dias que vivemos. É certo que as mulheres brasileiras angariaram vitórias e conquistas nas últimas décadas, em áreas como os direitos civis, a saúde reprodutiva, a valorização na escola e no mercado de trabalho, os aperfeiçoamentos no arcabouço legal e a criação de políticas públicas para as mulheres, entre outras. Os avanços, mesmo os tímidos, continuam a ocorrer, como a recente tentativa do Governo Federal de ampliar a cobertura previdenciária para as trabalhadoras domésticas.

Mas os desafios continuam de pé. É preciso, por exemplo, combater sem freio a violência contra mulher, tanto a física quanto a moral, em casa ou fora dela. É preciso corrigir as assimetrias no mercado de trabalho, que ainda perduram. É preciso, senhoras e senhores, cuidar de aspectos da saúde da mulher, inclusive da saúde reprodutiva, que ainda não foram bem tratados. É preciso, por fim, dar seguimento às mais de 200 ações descritas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Sem o enfrentamento dessas e de outras questões, a nossa democracia permanecerá incompleta. Embora formalmente constituída, não merecerá de pleno este nome, até que se resolvam os desequilíbrios e as iniquidades que teimam em impedir o desabrochar da cidadania.

São dados como esses que tornam ainda mais relevante homenagear as mulheres que, com destemor, ousaram galgar os espaços de poder, seja em grandes empresas, parlamentos, governos, igrejas, tribunais, partidos políticos; seja ainda em associações de classe, conselhos comunitários ou organizações do chamado terceiro setor.

Não por outro motivo, senhoras e senhores aqui presentes, regozijo-me em cumprimentar minhas colegas Senadoras, expressão e símbolo da luta feminina em um espaço que, devo reconhecer, ainda é profundamente masculino. Saúdo, pois, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Heloísa Helena, Ideli Salvatti, Maria do Carmo Alves e, em especial, como reconhecimento pela qualidade do trabalho desempenhado no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, as Parlamentares Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Roseana Sarney, e nossa Presidenta, Serys Slhessarenko.

Quero lembrar a importância do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído pelo Senado Federal para agraciar as mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher. Hoje, esse Prêmio é considerado o maior reconhecimento que existe ao trabalho de quem milita na área da defesa dos direitos femininos.

Nesta quinta edição, tivemos muito trabalho em definir as contempladas: foram analisados 55 currículos – e não se pode afirmar que um só deles não fosse merecedor do Diploma Bertha Lutz, razão pela qual saúdo todas as indicadas. Tenho a certeza de que todas essas batalhadoras são herdeiras dos ideais imorredouros da patrona Bertha Lutz – mulher formidável, pioneira e líder maior na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, ao longo de mais de 50 anos de uma carreira abnegada e vitoriosa.

Infelizmente, no entanto, o Conselho teve de escolher apenas 5 candidatas. São elas: Elizabeth Altino Teixeira, símbolo da luta pela liberdade e contra a violência no campo; Geraldina Pereira de Oliveira, uma trabalhadora rural que jamais esmoreceu na luta pela reforma agrária e pelo fim da impunidade; Jupyra Barbosa Ghedini, pedagoga e economista, com uma brilhante carreira de 45 anos no Serviço Público Federal, reconhecida por sua atuação em organizações não-governamentais de caráter educativo; Raimunda Putani, índia yawanawa que rompeu barreiras culturais e se tornou a primeira pajé de seu povo; e Rosmary Corrêa, Deputada Estadual, mentora e titular da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

Vocês 5, vindas do Sul ou do Norte do País, com histórias pessoais tão diferentes, têm algo em comum: nos enchem de orgulho pela abnegação com que se dedicaram a defender um ideal! São exemplos vivos

de compromisso, altruísmo e coragem! É fácil perceber que cada uma de vocês conseguiu dar um sentido pleno a suas existências, com o talento que inegavelmente possuem, mas também, e principalmente, com o amor que sempre devotaram ao semelhante e à causa da justiça social e da equidade. Devo dizer que me sinto honrado em estar hoje aqui, neste plenário, em companhia de mulheres tão valorosas!

E não convém esquecer que é tempo de congratamento. Felicito, assim, mais uma vez, as agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, as nossas

nobres Senadoras e todas as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem em todo o mundo. Meus parabéns!

Muito obrigado a todos e a todas pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho.PDT-RR) – Senhoras e senhores, tendo sido atingido a finalidade da sessão conjunta do Congresso Nacional, agradeço a todos a presença e declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 33 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização^(*)

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 31-5-2005

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)

1º Vice-Presidente: Deputado Mussa Deme (PFL-PI)

2º Vice-Presidente: Senador Sergio Guerra (PSDB-PE)

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO)

Relator da LDO/2006: Deputado Gilmar Machado (PT-MG)

Relator do Orçamento/2006: Deputado Carlito Mers (PT-SC)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes ⁽³⁾	1. Demóstenes Torres (3)
Efraim Moraes (3)	2. Jonas Pinheiro ⁽⁴⁹⁾ (3) ⁽²⁰⁾
Romeu Tuma (3)	3. José Jorge (3)
Paulo Octávio (3)	4. Édison Lobão (3)
Sergio Guerra (3)	5. Antero Paes de Barros ⁽⁴⁶⁾ (3)
Lúcia Vânia (3)	6. Teotônio Vilela Filho (3)
Leonel Pavan (3)	7. Arthur Virgílio (3)
Flexa Ribeiro ⁽¹⁰⁾	8
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna ⁽¹⁹⁾
Amir Lando	2. José Maranhão ⁽¹⁹⁾
Gilberto Mestrinho	3. Leomar Quintanilha ⁽¹⁹⁾ ⁽²⁴⁾
Luiz Otávio ⁽¹⁶⁾ ⁽⁵⁹⁾	4. João Batista Motta ⁽¹⁹⁾ ⁽²⁶⁾
Gilvam Borges ⁽⁵⁶⁾	5. Antônio Leite ⁽¹⁹⁾
Romero Jucá ⁽¹⁹⁾	6. ⁽⁴⁾ ⁽¹⁹⁾

^(*) Designação feita em 25-5-2005.

⁽³⁾ Designação feita em 31-05-2005, Bloco (PFL/PSDB) – SF.

⁽⁴⁹⁾ Substituição feita em 27-12-2005 – SF.

⁽²⁰⁾ Substituição feita em 15-8-2005 – Bloco (PFL/PSDB) - SF

⁽⁴⁶⁾ Indicação do Sen. Antero Paes de Barros(S), em 2-12-2005. Bloco Minoria-SF.

⁽¹⁰⁾ Indicação feita em 30-6-2005, Bloco (PFL/PSDB) - SF

⁽²⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 3-10-2005.

⁽¹⁶⁾ Substituição feita em 12-7-2005-PMDB - SF

⁽⁵⁹⁾ Substituição feita em 6-2-2006 – PMDB-SF.

⁽²⁶⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31-8-2005.

⁽⁵⁶⁾ Substituição feita em 31-1-2006 - PMDB-SF.

⁽¹⁹⁾ Indicação do Sen. Romero Jucá e Substituições dos Suplentes, em 8-8-2005 – PMDB-SF.

⁽⁴⁾ Substituição feita em 7-6-2005- PMDB-SF.

(continuação da composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS) ^(*)	
João Ribeiro ⁽²¹⁾	1.Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2.Ideli Salvatti
Magno Malta	3.Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	4.Marcelo Crivella ⁽²⁵⁾
Serys Slhessarenko	5.Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. (vago) ⁽⁶¹⁾
PDT	
Augusto Botelho	1.
^(**) P-SOL	
Heloísa Helena ⁽⁴⁸⁾ ⁽⁴⁴⁾	1.

^(*) O PPS deixou de ter integrante no Senado Federal, em 21-6-2005.

⁽²¹⁾ Substituição feita em 5-9-2005-Bloco de Apoio ao Governo-SF.

⁽²⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 4-10-2005.

⁽⁶¹⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005.

^(**) Designação feitas nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

⁽⁴⁸⁾ Indicação da Sen. Heloísa Helena, em 27-12-2005.

⁽⁴⁴⁾ Desligamento do Sen. Geraldo Mesquita em 29-11-2005. P-SOL. SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde – RO ⁽³⁷⁾ ⁽⁵⁵⁾	1. Assis Miguel do Couto – PR ⁽³⁷⁾ ⁽⁵⁵⁾
Carlito Merss – SC	2. João Magno – MG ⁽³⁷⁾
Devanir Ribeiro – SP	3. Jorge Bittar – RJ ⁽¹⁾ ⁽³⁷⁾
Gilmar Machado – MG	4. Neyde Aparecida – GO ⁽³⁷⁾
João Grandão – MS ⁽³⁷⁾	5. Nilson Mourão – AC ⁽³⁷⁾
José Pimentel-CE ⁽³⁷⁾	6. Paulo Pimenta – RS ⁽³⁷⁾
Leonardo Monteiro – MG ⁽³⁷⁾	7. Professor Luizinho – SP ⁽¹⁾ ⁽³⁷⁾
Nazareno Fonteles – PI	8. Vander Loubet – MS ⁽³⁷⁾
Nelson Pellegrino – BA	9. Vignatti – SC
Paulo Rubem Santiago – PE ⁽³⁷⁾	10. Walter Pinheiro-BA ⁽³¹⁾ ⁽³⁷⁾
Wasny de Roure – DF	11. Zé Geraldo – PA
PMDB	
Hermes Parcianello – PR	1. Aníbal Gomes – CE
Rose de Freitas - ES ⁽⁸⁾	2. Edson Ezequiel – RJ
João Magalhães - MG ⁽³⁶⁾	3. Jorge Alberto – SE
José Priante – PA	4. Lupércio Ramos – AM
Luiz Bittencourt – GO	5. Marcelino Fraga – ES
Marcelo Castro – PI	6. Olavo Calheiros – AL
Mauro Lopes – MG	7. Darcísio Perondi - RS ⁽³⁴⁾ ⁽⁸⁾
Pedro Chaves – GO	8. Osvaldo Reis - TO ⁽³⁸⁾ ⁽⁵⁾
Pedro Novais – MA	9. Paulo Afonso - SC ⁽⁵⁾
Benjamin Maranhão-PB ⁽²³⁾	10. Waldemir Moka - MS ⁽⁵⁾
Zé Gerardo – CE	11. Átila Lins – AM ⁽³⁵⁾ ⁽⁴³⁾

⁽⁵⁵⁾ Substituição feita em 31-1-2006. PT-CD.

^(*) Filiou-se no PSOL em 4-10-2005.

⁽¹⁾ Substituição do Dep. Orlando Desconsi (S) pelo Dep. João Grandão (S), em 01-06-2005 – PT – CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Zarattini pelo Dep. José Pimentel, em 21-10-2005. PT-CD.

⁽³⁷⁾ Substituições feitas em 8-11-2005. PT-CD.

⁽⁸⁾ Substituição feita em 29-6-2005, PMDB-CD

⁽³⁶⁾ Substituição feita em 26-10-2005. PMDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação feita em 26-10-2005. PMDB-CD.

⁽³⁸⁾ Indicação feita em 9-11-2005 – PMDB-CD.

⁽²³⁾ Substituição do Dep. Wilson Santiago pelo Dep. Benjamin Maranhão, em 23-9-2005. PMDB-CD.

⁽⁵⁾ Indicações feitas em 17-6-2005, PMDB-CD.

⁽³⁵⁾ Indicação feita em 26-10-2005. PMDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição feita em 24-11-2005 – PMDB-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Cláudio Cajado – BA	1. Davi Alcolumbre ⁽¹⁷⁾ ⁽¹⁸⁾
Eduardo Sciarra –PR	2. Fernando de Fabinho – BA
José Carlos Machado-SE ⁽⁵²⁾ ⁽⁵¹⁾	3. José Mendonça Bezerra ⁽¹⁷⁾ ⁽¹⁸⁾
José Rocha – BA	4. Osório Adriano-DF ⁽⁶²⁾
Júlio Cesar - PI	5. Kátia Abreu – TO
Laura Carneiro – RJ	6. Lael Varella – MG
Mussa Demes – PI	7. Luiz Carreira – BA
Pauderney Avelino – AM	8. Alberto Fraga-DF ⁽⁴⁵⁾
PSDB	
Anivaldo Vale – PA	1. Julio Semeghini – SP ⁽³⁹⁾
Bismarck Maia – CE	2. Domiciano Cabral – PB
Carlos Alberto Leréia – GO	3. Helenildo Ribeiro – AL ⁽⁴⁷⁾
Gustavo Fruet – PR	4. Márcio Fortes – RJ
Narcio Rodrigues-MG ⁽⁹⁾ ⁽²⁷⁾	5. Rafael Guerra – MG
Ronaldo Dimas – TO	6. Léo Alcântara – CE ⁽²²⁾
Silvio Torres -SP ⁽⁹⁾ ⁽¹¹⁾	7.
PP	
Benedito de Lira – AL	1. João Tota – AC ⁽²⁾
João Leão - BA ⁽³³⁾	2. Leodegar Tiscoski – SC
Francisco Dornelles - RJ	3. Mário Negromonte – BA
Márcio Reinaldo Moreira – MG	4. Ricardo Barros – PR
Nelson Meurer – PT	5. (VAGO) ⁽⁵⁰⁾
Roberto Balestra - GO ⁽⁵⁷⁾	6. Paes Landim (cessão PTB)

⁽¹⁷⁾ Substituições feitas em 13-7-2005. Bloco (PFL/PRONA)-CD⁽¹⁸⁾ Substituições feitas em 14-7-2005 – Bloco (PFL/PRONA) - CD⁽⁵²⁾ Substituição do Dep. Betinho Rosado pelo Dep. José Carlos Machado, em 16-1-2006-PFL-CD.⁽⁵¹⁾ Substituição feita em 28-12-2005 – (PFL-PRONA) - CD⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. José Roberto Arruda pelo Dep. Osório Adriano, em 8-3-2006. PFL-CD.⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Marcos Abramo pelo Dep. Alberto Fraga em 30-11-2005. PFL-CD.⁽³⁹⁾ Substituição feita em 14-11-2005 – PSDB - CD⁽⁴⁷⁾ Substituição feita em 13-12-2005 – PSDB-CD.⁽⁹⁾ Substituições feitas em 30-6-2005. PSDB-CD.⁽²⁷⁾ Substituição feita em 4-10-2005 – PSDB-CD⁽²²⁾ Indicação feita em 22-9-2005 – PSDB-CD⁽¹¹⁾ Substituição feita em 5-7-2005.⁽²⁾ Substituição feita em 1º-6-2005-PP-CD.⁽³³⁾ Substituição feita em 18-10-2005 – PP-CD.⁽⁵⁰⁾ O Dep. Sandes Junior deixou de fazer parte da Comissão, como Suplente, em 27-12-2005.⁽⁵⁷⁾ Substituição feita em 2-2-2006 – PP-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Arnon Bezerra – CE ⁽⁶⁰⁾	1. Alceste Almeida - RO ⁽⁵⁴⁾ (29) (58)
Alex Canziani – PR (29)	2. Arnon Bezerra – CE
Jackson Barreto – SE	3. Cleuber Carneiro – MG
José Chaves – PE	4. Ricarte de Freitas-MT ⁽⁵³⁾
Josué Bengtson – PA	5. José Militão – MG
Jovair Arantes – GO	6. Pedro Fernandes – MA
PL	
Amauri Gasques – SP	1. Almir Sá – RR
Humberto Michiles – AM	2. Heleno Silva – SE
Jaime Martins – MG	3. Júnior Betão – AC
José Carlos Araújo-BA ⁽³⁰⁾ (*)	4. Welinton Fagundes – MT ⁽⁴¹⁾
Miguel de Souza – RO	5. Raimundo Santos – PA
Milton Monti – SP ⁽⁴⁰⁾	6. Wellington Roberto – PB
PPS	
Geraldo Resende-MS ⁽¹³⁾ (6)	1. Cezar Silvestri-PR ⁽¹⁴⁾ (7)
Rogério Teófilo-AL ⁽¹²⁾	2. Colbert Martins-BA ⁽¹⁵⁾ (28)
PSB	
Gonzaga Patriota – PE	1. Beto Albuquerque – RS
Iberê Ferreira - RN ⁽⁴²⁾	2. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Álvaro Dias – RN ⁽³²⁾	1. Luiz Piauhyllino – PE ⁽³²⁾
Manato - ES	2. Dr. Rodolfo Pereira – RR
PC do B	
Sérgio Miranda – MG - PDT ^(*)	1. Inácio Arruda – CE
PV	
Marcelo Ortiz – SP	1. Leonardo Mattos – MG

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 3318-6937 – 318-6938

⁽⁶⁰⁾ Substituição feita em 9-2-2006 – PTB-CD.

⁽⁵⁴⁾ Substituição feita em 19-1-2006 - PTB-CD.

⁽²⁹⁾ Remanejamento do Dep. Alex Canziani para titular e do Dep. Iberê Ferreira para suplente, em 6-10-2005.PTB-CD.

⁽⁵⁸⁾ Substituição feita em 2-2-2006 – PTB-CD.

⁽⁵³⁾ Substituição do Dep. Homero Barreto pelo Dep. Ricarte de Freitas, em 18-1-2006. PTB-CD.

⁽³⁰⁾ Substituição do Dep. João Leão pelo Dep. José Carlos Araújo(T), em 18-10-2005, PL-CD.

^(*) Filiou-se no PP em 28-9-2005.

⁽⁴¹⁾ Substituição feita em 17-11-2005 – PL-CD

⁽⁴⁰⁾ Substituição feita em 17-11-2005 – PL-CD

⁽¹³⁾ Substituição do Dep. Cezar Silvestri(T) pelo Dep. Geraldo Resende, em 8-7-2005. PPS-CD.

⁽⁶⁾ Substituição feita em 22-6-2005. PPS-CD.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Dep. Geraldo Resende(S) pelo Dep. Cezar Silvestri, em 8-7-2005. PPS-CD.

⁽⁷⁾ Indicação feita em 29-6-2005 – PPS - CD

⁽¹²⁾ Substituição do Dep. Geraldo Thadeu(T) pelo Dep. Rogério Teófilo, em 8-7-2005. PPS-CD.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Dep. Geraldo Thadeu(S), em 8-7-2005. PPS-CD.

⁽²⁸⁾ Substituição feita em 5-10-2005 – PPS-CD

⁽⁴²⁾ Substituição feita em 18-11-2005 – PSB-CD

⁽³²⁾ Remanejamento do Dep. Álvaro Dias, para titular, e do Dep. Luiz Piauhyllino, para suplente, em 13-10-2005. PDT-CD.

^(*) Filiou-se no PDT em 27-9-2005.

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(ES)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,50
Porte avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 50 PÁGINAS